



Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia de Freguesia de São João da Madeira, presidida por Paulo Manuel Correia da Silva, em sessão ordinária, por zoom, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Período de Intervenção do público (artigo trigésimo quinto do Regimento em vigor); -----

Ponto dois – Período de antes da ordem do dia (artigo trigésimo sexto do Regimento em vigor); -----

Ponto três – Período de ordem do dia (artigo trigésimo sétimo do Regimento em vigor); -----

- **Ponto três ponto um – Apreciação e votação da ata número 12 de 29/09/2020;**
- **Ponto três ponto dois – Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia (artigo trigésimo sétimo, número três, do Regimento em vigor);**
- **Ponto três ponto três – Discussão e aprovação da proposta do executivo do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia para 2021;**
- **Ponto três ponto quatro – Discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da Junta de Freguesia para 2021;**
- **Ponto três ponto cinco – Apreciação e votação da proposta de autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos compromissos;**

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: Presidente de mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Manuel Correia da Silva, primeiro secretário, Danilo da Silva Fernandes, ambos do PS. Daniel Filipe Pardal Oliveira, Filomena Maria Carvalho Sousa, Filipe Pinto Loio, António Manuel Neves dos Santos, Aurélio, Maria José Brito Pinheiro Silva Fonseca, Ana Rita Fernandes Loureiro, Afonso Pinho Alves, Duarte Amorim Lima Vieira Araújo, Heitor Bernardo da Silva, todos do PS. Deolinda Isabel Santos Nunes, Germano de Sá Oliveira, Marco António Moutinho Fernandes, Jorge Correia Martins Duarte, Ana Rita Laranjeira Silva Azevedo e José Miguel Dias, todos do PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira. Joana Filipa Moreira Dias, da CDU.

André Filipe Alves da Silva/PS – Não esteve presente

Heitor Bernardo da Silva/PS – Não esteve presente

António Manuel Soares Santos Belo/PSD,CDS/PP – não esteve presente.

Após os cumprimentos a todos os presentes o Presidente da Assembleia de Freguesia informou que o Senhor António Belo estava com dificuldades em aceder à sessão ordinária e que por esse motivo ia estando atento para verificar se o Senhor António Belo conseguia entrar, mencionando também que foi por esse motivo que no dia anterior tinha convocados todos os membros da Assembleia de Freguesia para testar se todos conseguiam aceder a esta mesma sessão. -----

Posteriormente solicitou aos membros da Assembleia de Freguesia um voluntário para que pudesse coadjuvar os trabalhos desta sessão. De seguida, voluntariou-se o



membro, Germano de Sá Oliveira pelo PPD/PSD; CDS/PP Maioria por S. João da Madeira que ocupou o lugar como segundo secretário da mesa da Assembleia de Freguesia. Não houve qualquer tipo de oposição por parte dos restantes membros. ----

O Presidente da Assembleia deu início ao seguinte ponto: **Ponto um – Período de intervenção do público (artigo trigésimo quinto do Regimento em vigor); -----**

Cumpriu ao Presidente da Assembleia de Freguesia informar de que não houve qualquer inscrição para o presente ponto de nenhum freguês ou freguesa de S. João da Madeira. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início ao seguinte ponto: **Ponto dois – Período de antes da ordem do dia (artigo trigésimo quinto do Regimento em vigor); -----**

O Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se algum membro pretendia intervir. Registou-se a inscrição dos seguintes membros: José Miguel Dias. -----

Após os cumprimentos a todos os presentes José Miguel Dias tomou a palavra e disse: “O tempo que vivemos atualmente, assim como os meios tecnológicos que dispomos permite a quem tiver interesse seguir em direto ou até em indeferido as sessões das várias Assembleias. E por isso deixo desde já um alerta, Senhor Presidente de Mesa, de que esta forma que pode ser uma via para que mais pessoas tenham uma participação ativa na vida política, pode também ter um efeito adverso e afastá-las se a Assembleia se tornar num momento de tensão, troca de palavras com rancor e com intervenções pautadas por inverdades ou mesmo falsidades. Felizmente a nossa Assembleia sempre se tem pautado por um ambiente de cordialidade, na defesa do interesse de S. João da Madeira e dos sanjoanenses, apesar de pudermos ter em diversas vezes e em diversas matérias pontos de vista ou formas de atuações diferentes. O mesmo não posso dizer de outras Assembleias. -----

Neste âmbito gostava de ouvir mais vezes a Senhora Presidente da Junta a intervir na Assembleia Municipal. Ouvir a Senhora Presidente a chamar à razão, ou melhor, a fazer com que os fregueses que lá está a representar sejam efetivamente esclarecidos. Alguém que tenha chegado a S. João da Madeira nos últimos meses e que tenha ouvido a última Assembleia Municipal fica com a sensação de que a nossa Freguesia passou nos últimos três anos dum marasmo total para uma dita cidade extraordinária, passou do preto para o rosa e tal não é totalmente verdade. Passou para o rosa, é certo, mas antes não era preto, era laranja... Laranja e azul. E o rosa não é fluorescente como o querem pintar, é antes um rosa pálido, deslavado. No entanto essa mesma Assembleia teve o condão de poder no futuro e até por mim ser usada como ensinamento aos alunos que estão a aprender os adjetivos qualificativos, o ensinamento de como aprender a enriquecer um texto ou uma intervenção, a forma como não tendo nada para se dizer se pode dizer tanta coisa e por tudo isso acho lamentável. Lamentável quando ouço dizer que quem governa a cidade, por exemplo, elegeu a Educação como prioridade e refere a remoção dos telhados em fibrocimento. É verdade, ninguém o nega, foi uma medida que todos aplaudimos. Mas porque é que não é referido que ainda hoje chove dentro de escolas, como por exemplo, em Casaldelo, no Parque e no Parrinho? Foi referida nessa Assembleia que a remodelação total da EB1 de Fundo de Vila foi fantástico. E só podemos aguardar é que essas remodelações cheguem também às outras escolas. Mas porque é que foi feita essa remodelação? Estão a branquear a situação. Todos sabemos que essa remodelação foi feita por se ter retirado o telhado



durante o mês de novembro, em véspera da chegada de uma forte tempestade e que destruiu bastante o interior do edifício. Referem com pompa e circunstância as obras que decorrem na Escola Serafim Leite, mas escondem, por exemplo, que essa verba já estava pelo anterior executivo adquirida e também escondem, por exemplo, como é que a Escola Secundária João da Silva Correia foi construída. Levantam uma bandeira enorme para o aumento de número de bolsas, que foi de 40 para 50, mas não referem que esse aumento foi proposto pelo PSD. Sublinho que acabaram com o serviço cívico que os bolseiros faziam, no entanto, branqueiam, não referem, por exemplo que em troca de subsídios para visitas de estudo, exigem que os jovens façam serviço comunitário nos jardins. -----

Mas outra área que me deixa perplexo e que se falou nessa tal Assembleia Municipal e que eu gostava de ter ouvido a nossa Senhora Presidente da Junta também a chamar à razão e que vou parafrasear o que lá se passou. “S. João da Madeira é atualmente uma referência a nível nacional, na cultura, a cultura apareceu. Havia uma política cultural vazia”. E atenção apresentam estas afirmações com o intuito indiscutível e que ninguém pode dizer o contrário. Gostava, se me permitem, de apresentar alguns factos, para que quem agora chegou à nossa freguesia ou para quem a memória se desvaneceu em tão pouco tempo, que não pense que este executivo é a última bolacha do pacote e que perante tantos elogios apresentados do trabalho efetuado, a cidade estava moribunda desde sempre e que em três anos teve o tal desenvolvimento que eu não consigo qualificar nem quantificar, pois não sabemos, segundo o autor da intervenção, se está melhor duas vezes, dez vezes, cem vezes ou será ainda mais. Ora eu começo por referir que no dia 1 de janeiro de 2019, há dois anos, o governo PS nomeou como Diretora Regional da Cultura do Centro, a Doutora Susana Menezes. Ora a Doutora Susana Menezes era tão só a chefe de divisão de Cultura da Câmara Municipal e assumia a gestão cultural e científica dos espaços culturais. Então das duas, uma, ou fez um bom e meritório trabalho e foi nomeada pelo governo, ou então não sei o que pretende o governo da pessoa que eu referi. Mas de que espaços culturais é que a Doutora Susana Menezes fazia a gestão? Do Museu da Chapelaria e dos Paços da Cultura, inaugurados em 2005. Da Casa da Criatividade e do Centro de Arte Oliva, inaugurados em 2013. O Museu do Calçado, inaugurado em 2016, há quatro anos. Mas só para acabar com a parte da cultura, referir também o turismo industrial, a poesia à mesa que se iniciou ainda sem qualquer destes espaços estarem construídos. As Festas da Cidade e a Festa do Parque. Lembrem bem como eram, como estavam e como são atualmente. E por exemplo, o nosso encontro de ilustração, que também é o sucesso que é graças a pudermos usufruir desses espaços. Peço, pois, por isso, Senhora Presidente da Junta, leve este exercício de memória para aqueles que deliberadamente ou de forma inconsciente se esqueceram daquilo que foi feito ou que tem vindo a ser feito em S. João da Madeira ao longo dos anos. Obrigado Senhor Presidente.”. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a intervenção ao Senhor José Miguel Dias e deu a palavra a Daniel Pardal Oliveira. -----

Após os cumprimentos a todos os presentes Daniel Pardal Oliveira deixou um “voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Fernandes Cardoso, Primeiro Presidente da Junta de Freguesia de S. João da Madeira, eleito após o 25 de abril, pelas listas do PS. Destacamos o seu contributo cívico, social e a afirmação da democracia em S. João da Madeira. O Partido Socialista endereça as mais sentidas e sinceras condolências à sua família e amigos.”. -----

Em seguida, pediu a palavra o membro Marcos Fernandes que, após cumprimentar todos os presentes, endereçou votos de um Bom Ano. Após este momento, Marcos



Fernandes parte do que foi dito por Daniel Pardal Oliveira e diz: “Sendo esta uma Assembleia diferente, uma das coisas diferentes relativamente às outras Assembleias deste ano é o facto de estarmos todos sem máscara, o que é muito bom e não corremos o risco de nos contagiar. -----

Relativamente ao assunto que quero trazer antes da ordem do dia, tem haver com perceber com a Senhora Presidente, qual é agora o próximo passo relativamente à continuidade do transporte dos doentes ao IPO. Sabemos que havia por parte do executivo, o objetivo de adquirir um carro de sete lugares para que os doentes não sejam transportados de autocarro, um autocarro tão grande para transportar os doentes e essa gestão ser feita de forma melhorada e ser adquirido então esse veículo para de entre outras coisas, uma delas seria o transporte dos doentes ao IPO. Esta como é uma preocupação nossa e também deve ser do executivo que esse transporte também continue a ser assegurado, que é muito importante. É uma iniciativa extremamente importante. Queria então perguntar à Senhora Presidente qual é o próximo passo relativamente a esta situação? Como é que está a situação então de adquirir o carro de sete lugares para manter este serviço?” -----

Em seguida, tomou a palavra a Senhora Deolinda Isabel Santos Nunes, que depois de cumprimentar todos os presentes e desejar os votos de Boas Festas a todos os presentes e seus familiares disse: “Nesta minha intervenção gostava de retomar o tema que já falámos várias vezes da transferência de competências, sobretudo porque creio que agora o tema está mais claro. Senhora Presidente, decorreram três anos desde que a Senhora prometeu aos sanjoanenses que a Junta teria mais competências, uma vez como a Senhora disse na altura que a Câmara e a Junta são geridas pelo mesmo partido, esperava se que de facto a sua promessa fosse cumprida e afinal perdoe-me a expressão mas da montanha nasceu somente o rato nada mais. Afinal não houve transferência de competências da Câmara para a Junta, mas sim o inverso, houve uma transferência de competências da Junta para a Câmara Municipal, concretamente no que diz respeito às responsabilidades que a Junta de Freguesia tinha sobre o Parque da Nossa Senhora dos Milagres. E o tema arrastou-se durante três anos. Analisando agora à distância vemos que a Senhora Presidente colocou a prioridade das suas conversações com a Câmara Municipal não na transferência das competências para a Junta mas a transferência da Sede da Junta para os Paços da Cultura. Acreditamos, Senhora Presidente que afinal o seu grande objetivo não parece ter sido de forma alguma alargar as competências da Junta e dessa forma servir melhor os fregueses, mas sim, conseguir uma transferência não de competências mas de Sede da Junta de Freguesia para os Paços da Cultura. E claro, ficamos a pensar que aqui a sua prioridade foi um bocadinho estranha, parece-nos que há aqui um problema de prioridades relativamente àquilo que devia ter sido seguido. E ficamos também o sentimento, perdoe-me a expressão, de que fomos enganados. Fomos enganados todos, todos os sanjoanenses foram enganados porque afinal houve aqui uma promessa que não foi cumprida. Fomos enganados pelo Partido Socialista, e chegados ao fim deste mandato, analisamos, olhamos para trás e o que é que temos? Temos uma sede nova e novas competências não temos nada. Ficamos com pena Senhora Presidente. Nós acreditámos e acreditamos sempre no alargamento das competências da Junta como uma forma de servir melhor os sanjoanenses. E é tudo o que tenho para dizer. Muito obrigada.”. -----

Após a intervenção da Senhora Deolinda Isabel Santos Nunes, o Senhor Presidente da Assembleia, questionou se mais algum dos presentes queria intervir. Neste sentido, o Senhor Germano de Sá Oliveira tomou a palavra e após cumprimentar todos os



presentes, comunicou que a bancada da coligação do PSD/CDS se associa à nota de condolências de Álvaro Fernandes Cardoso. -----

No momento seguinte, tomou a palavra o Senhor António Neves Santos, após cumprimentar todos os presentes e deseja “Votos de um Feliz Ano Novo, que o próximo ano traga a esperança no regresso progressivo a um passado recente de normalidade nos relacionamentos sociais e económicos. No regresso à fruição plena das liberdades individuais e coletivas, sem restrições, mas com a responsabilidade garantida pelo exercício democrático. Estamos carentes e saudosos das expressões mais básicas dos afetos, marca civilizacional distintiva da nossa portugalidade. Saudamos aqueles que nos deixaram, privando-nos precocemente da riqueza da sua companhia. Também para aqueles que passam pelas dificuldades resultantes das alterações radicais introduzidas nas suas vidas por uma pandemia sem rosto e étnia e atividade económica ou posicionamento social, se possam reinventar, ganhar a dignidade e o conforto do exercício de um trabalho remunerado permite. Com o apoio solidário vigiamos, obviamente, a nossa comunidade. O próximo ano, será novamente um ano de escolhas em relação ao nosso futuro institucional e político, pois já em janeiro as presidenciais e lá mais para o fim do ano teremos as autárquicas, que decidiram a responsabilidade da gestão da nossa comunidade. Nunca é demais apelar à participação democrática dos sanjoanenses no voto que tanto nos custou a conquistar. É desejável voltem a surgir projetos políticos independentes ancestrais e autárquicos para enriquecimento do confronto político democrático local, candidaturas independentes integradas por cidadãos única e exclusivamente orientadas para a progressão (progresso e melhoria da comunidade trariam riqueza ao debate de ideias a travar com as candidaturas partidárias alinhadas, infelizmente com algum ceticismo político, muitas vezes dando prioridades à tática em vez ao real benefício da nossa comunidade. Esse debate político entre a gestão independente e a gestão política partidária seria muito interessante e traria ao nosso eleitorado escolhas políticas conscientes e formadas, motivando e reduzindo o indesejável abstencionismo. -----

O futuro da continuidade da nossa existência como concelho depende da vitalidade da nossa comunidade. De uma forma ou de outra a escolha estará sempre nas nossas mãos. Um dos maiores problemas que continuamos a ter em S. João da Madeira é a questão da água e os sanjoanenses não conhecem ainda a posição da nossa Junta de Freguesia em relação à continuidade da parceria público-privada na empresa águas de São João para 2021 que tanto tem penalizado os orçamentos das famílias sanjoanenses de forma irregular como é reconhecido, segue justa, desproporcional, desadequada e abusiva da sua posição dominante. Praticam um tarifário reconhecidamente desregulado, gera alarme social, reclamações e preocupação constante. O parceiro privado continua a mudar de mãos, de um fundo de investimento para outro fundo de investimento ao qual pagamos 49% dos lucros. Se isto não nos preocupa, eu não sei o que é que nos poderá preocupar que ao fim ao cabo estamos a gerar riqueza com um bem essencial à nossa vida e à atividade económica que a água para um acionista sem rosto, estrangeiro. Portanto, este é um ponto que eu acho que a Junta e a Senhora Presidente têm que em 2021 dizer, claramente, qual é o posicionamento da Junta. Se deseja fazer uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de equacionar a continuidade desta parceria. A ideia principal é reconduzir a água sanjoanense ao total controlo municipal, praticando um tarifário justo equitativo regulado como já aconteceu no passado conforme as recomendações da entidade reguladora, terminando com o calvário desta penalização das famílias sanjoanenses. Penso que era importante que esta posição fosse tomada, e lamento que tenhamos demorado tanto tempo para o fazer e neste momento repare-se que no país inteiro, nos municípios há um clamouro contra



as identidades privadas aos quais foi delegada a gestão da água e estamos a observar que muitos deles estão realmente a resgatar essas... para novamente, para os municípios. Estão a remunicipalisar a sua água e era muito importante que em S. João da Madeira, portanto, fizéssemos também, dessemos esse passo. Muito obrigado a todos. Um abraço. Obrigado.” -----

Posteriormente, tomou a palavra a Senhora Joana Filipa Moreira Dias, da CDU, que após cumprimentar todos os presentes disse: “Eu quero só fazer uma pequena intervenção sobre uma questão que tem sido ponto de luta da CDU, acho que desde sempre, que é a questão da transferência das competências. Para a CDU a atividade da freguesia esteve sempre aquém da dimensão da cidade e há muito reclama uma significativa delegação de competências devidamente acompanhadas dos respetivos bens e meios financeiros. Haveria, na opinião da CDU, um grande ganho para a cidade que a Junta de Freguesia pudesse ter uma intervenção relevante na área social. Há muito dependente em S. João da Madeira do alargamento das competências no âmbito social. Defendemos que a Junta de Freguesia se transforme na linha da frente da Ação Social, proposta esta que também foi apresentada pela CDU à Câmara Municipal na auscultação aos partidos no âmbito do Orçamento Municipal. Esta proposta foi apresentada à Câmara Municipal, a este Governo PS, mas também foi apresentada anteriormente às Câmaras PSD e a razão que nos deram, tanto a Câmara PSD como a Câmara PS, foi exatamente a mesma, portanto, foi que a Junta de Freguesia não tem tanta responsabilidade assim porque a questão da delegação das competências não é um caminho de uma via apenas, é um caminho de duas vias. E não há da Câmara Municipal vontade. Não houve nos anteriores mandatos e não há neste também, como nós já pudemos constatar. Apesar das limitações, acreditamos no trabalho que a Junta de Freguesia está a fazer e acreditamos que havendo uma coincidência partidária com o passar do tempo a Câmara PS delegue à Junta de Freguesia as tais competências que eles próprios têm e defenderam quando a Câmara era PSD. Tenho dito.” -----

Como mais ninguém quis intervir o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia que saudou todos os presentes e esclareceu: “Vou tentar responder a todas as questões que foram colocadas, desde já agradecendo as suas intervenções. -----

Portanto, começaria, portanto, por responder ao Senhor José Miguel Dias relativamente aos acontecimentos da última Assembleia Municipal na qual eu estive presente e também intervi. Eu relativamente a este assunto como o José Miguel sabe muitíssimo bem, a Assembleia Municipal é composta por um conjunto de pessoas que resultam das eleições que foram feitas para a Assembleia Municipal e, portanto, elas têm lá representadas as pessoas, em número, de acordo com os partidos, de acordo como a população assim o entendeu. E as pessoas que lá estão representam naturalmente os seus ideais e as suas opiniões nos vários temas que se vão debatendo ao longo deste tempo. Eu já estou no meu segundo mandato na Junta de Freguesia e estive anteriormente, se não me engano, dois mandatos na Assembleia Municipal. E aquilo que o José Miguel, hoje, veio aqui tão lamentar-se da forma como são feitas as intervenções nas Assembleias Municipais e devo dizer que é uma constante que eu tenho sempre visto nas Assembleias Municipais, nestas e nas anteriores. Portanto, isto não é neste momento... Estão de alguma forma a tentar ferir-se naquelas intervenções que foram do PS e a forma como eles as fizeram e a terminologia que utilizaram, eu já vi o mesmo tipo de comportamento do PSD noutras Assembleias, neste mandato. E eu acho que o papel da Presidente da Junta na Assembleia Municipal é naturalmente dar a sua opinião no que respeita às questões que estão ali marcadas. Não é o meu papel



de forma alguma ou não é assim que eu o vejo, estar aqui a pôr em causa as opiniões de cada um. É um órgão muito importante nas Autarquias, é um órgão em que todos os seus representantes têm à sua disposição manifestação dos seus ideais e das suas vontades. Também concordo consigo, e muitas vezes tenho referido isso pessoalmente, que muitas vezes estamos ali a discutir de uma forma que eu acho que na minha opinião não é correta, ou pelo menos não tem qualquer tipo de eficácia, mas isso tanto acontece de um lado como acontece no outro. Acontece nos vários partidos e o meu papel como eu lhe disse é intervir naquilo que tem haver com a freguesia e daquilo que tem haver com a cidade e tem referências com a freguesia e manifestando a minha opinião e faço-o através do voto. Quando entendo que é necessária uma intervenção de outro tipo assim o faço e é esse o meu papel, mas compreendo e de alguma forma até me revejo em algumas das críticas que faz, mas já as vi em sentido contrário. Se calhar nesta última foi o PS que fez este tipo de informação de uma forma com mais fervor. Noutras situações já ouvi o PSD a fazer, portanto isto faz parte da dialética que se deve estabelecer nestas Assembleia, sejam Municipais ou sejam de Freguesia em que cada um tem que dar a sua opinião e mostrar o que é que deve ser melhor para a cidade. Já não entendo quando essas intervenções, e muitas vezes, infelizmente acontece, como tem acontecido na nossa Assembleia e acho que as nossas Assembleias têm sido neste aspeto e em todos eles exemplares porque temos conseguido ter opiniões diferentes. Temos discutido essas opiniões diferentes que temos e discutimos de uma forma pragmática, direta, sem estarmos a fazer aquilo que eu digo, às vezes, no caso de exagero de parte a parte. Penso que isso não tem acontecido, nem do PSD nem do PS, nem de qualquer membro da CDU. Temos conseguido ser muito mais construtivos e, portanto, acho que devemos reconhecer como um exemplo. Eu pelo menos assim o considero porque estou num lado e estou no outro, vejo o que acontece num lado e vejo o que acontece no outro. E é isto que tenho a dizer sobre o assunto. -----

Quanto aos votos de pesar que foram propostos quer pelo Daniel Pardal, quer pelo Sr. Germano, naturalmente que o Executivo da Junta de Freguesia se acompanha e considera na verdade importantíssima este voto de pesar. É um elemento de um órgão autárquico e logo no período após o 25 de abril, portanto é muito importante, foi o primeiro autarca na Junta de Freguesia após o 25 de abril, e, portanto, acompanhamos neste voto de pesar que a Assembleia irá com certeza aprovar. -----

No que respeita às perguntas do Marco Fernandes, eu tenho uma boa notícia para lhe dar. Tivemos informação que a nossa candidatura para a carrinha elétrica foi aprovada. A informação que tivemos foi mesmo no dia 20 ou 21 de dezembro, foi após eu ter feito a informação para a Assembleia, portanto não está lá referido. É uma das grandes novidades. E, portanto, entendemos que com esta carrinha elétrica o problema que nós tínhamos sempre identificado estará agora resolvido. E para nós isto é uma boa notícia, sempre foi uma das nossas batalhas. Não foi só a sede da Junta como a Senhora Engenheira refere, mas foram também muitas outras e uma delas foi precisamente também a carrinha porque a Junta de Freguesia, como todos sabem e já vários elementos que aqui estão já estiveram presentes na gestão da Junta de Freguesia, é para nós fundamental. Se nós queremos fazer trabalho social, se nós queremos fazer acompanhamento de pessoas, se nós queremos fazer este tipo de trabalho não é com um autocarro que vamos fazer esse tipo de trabalho, porque esse tipo de trabalho tem que ser feito com um veículo automóvel com menos lugares e ser muito mais personalizado. O autocarro é importante para outro tipo de atividades, não para atividades de apoio social em que uma carrinha é muito mais adequada e, portanto, nós estamos na mesma a fazer transportes para o IPO. Estamos a fazer transportes para hospitais. Estamos, também, a fazer os acompanhamentos das pessoas que fizeram o



rastreio de cancro e que agora têm de ser seguidas no próprio IPO, e aí vão sempre grupos maiores de vinte pessoas, todas elas da região do nosso aces (Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, São João da Madeira), portanto, todas essas pessoas vão no nosso autocarro quando é necessário e são nos solicitado, ainda agora foi-nos solicitado uma segunda vez e também fazemos, como eu disse, transportes para hospitais, para consultas. Quando às pessoas têm outro tipo de limitações, nomeadamente de locomoção, nós recorremos aos bombeiros voluntários e pagamos o transporte que é feito pelos bombeiros voluntários. Portanto, esse apoio é feito na mesma, quer através dos nossos veículos como detemos, quer através dos bombeiros voluntários, portanto, esse apoio está assegurado a todos os fregueses que dele necessitem. -----

No que respeita à transferência de competências que foram aqui referidas de forma diferenciada pela Senhora Deolinda e pela Joana, eu também tenho muita pena que a transferência de competências não tenha sido efetuada, mas não considero e tenho feito uma luta talvez não publicamente visível, mas tenho-a feito ao longo destes anos e no anterior mandato sempre a fiz. Foi uma das minhas bandeiras, é verdade. Também julgava, como a Senhora Engenheira, que nós neste mandato conseguiríamos que esse processo fosse iniciado. Nunca pensei que o desfecho fosse este e por essa razão é que na última Assembleia Municipal me abstive e disse claramente que era por causa da transferência de competências. Se assistiram à mesma sabem que eu tomei essa posição como defesa daquilo que são as pretensões da Junta de Freguesia. Mas eu não posso dizer que os objetivos da Junta de Freguesia são simplesmente a sede. A sede era um dos objetivos. O novo autocarro era um dos objetivos. São também objetivos que foram logo indicados no início do anterior mandato ao Senhor Presidente, na altura, o Dr. Ricardo Figueiredo e, portanto, o que nós pretendíamos conseguimos com este mandato. Também era o nosso objetivo a transferência de competências e essas não conseguimos, é um facto. Conseguimos as outras coisas. Conseguimos também aquilo que a Joana estava a falar há um pouco. Ou seja, apesar de não ter sido transferida para a Junta de Freguesia as áreas sociais nós temos cada vez mais, e se verificarem pelo trabalho que temos vindo a fazer, temos escolhido um pouco na área social, naquela vertente que ainda não é trabalhada pela Câmara Municipal. E isso nós temos vindo a fazer. Estes transportes para o IPO, que são área social, nunca foram feitos pela Câmara e nós estamos a fazer. A Oficina do Idoso que até é um dos programas que fazia parte do programa da Câmara Municipal, aliás foi uma proposta do PS já no anterior mandato que sempre que sempre foi referido no Orçamento da Oficina do Idoso, mas nunca foi implementado. Nós este ano conseguimos que de acordo com a Câmara ela fosse implementada. Já temos o regulamento aprovado e vai ser iniciada no próximo ano. Portanto, isso são áreas e a Oficina do Idoso, penso que sabem, tem haver com pequenas reparações a pessoas que estão isoladas ou com carências monetárias ou com dificuldades. Até pessoas mais séniores que não têm possibilidade, quer pessoas que estão isoladas que não têm possibilidade, quer pessoas que têm carências mesmo financeiras. Portanto, este é um trabalho que vai ser feito pela Junta de Freguesia e vai ser iniciado e vai ser realizado pela Junta de Freguesia. Isto é claramente um trabalho social. Há outros trabalhos que estamos a fazer que são também sociais, o próprio Cheque Veterinário é pelo um apoio social. Posso-vos dizer que nós temos pessoas já em lista de espera para começar no próximo ano já cada vez mais a candidatarem-se ao Cheque Veterinário para cuidarem dos seus animais. Portanto, há aqui uma série de outras áreas que nós temos vindo a fazer. Desde do Apoio Domiciliário que nós temos vindo a fazer também, desde o Centro de Fisioterapia que damos aos Séniores essa atividade e agora uma das nossas propostas como vão



ver no Orçamento é precisamente fazer uma fisioterapia ao domicílio. Portanto isso tem haver com esta intervenção social que pretendemos fazer. E nós vamos aos poucos, naquelas áreas que achamos que ainda não está a ser desenvolvido pela Câmara, não queremos de forma alguma excluirmo-nos nas competências que são da Câmara. Mas há áreas dentro da própria área social que a Câmara não está a desenvolver porque não pode acompanhar tudo e que nós vamos interferindo e vamos tentando fazer e colmatar essa necessidade, que é a necessidade dos nossos fregueses. Portanto, é isso que temos vindo a fazer. -----

Portanto, eu não considero que isto que a Engenheira Deolinda considera que o meu único objetivo era e continua a ser um dos meus grandes objetivos, mas tenho vários. Aliás, e posso enuncia-los, alguns deles já cumpri. Um deles era a integração completa informática tecnológica que conseguimos fazê-lo na Junta. Outro será transformar a Biblioteca num Centro da Área Social que já vamos conseguir no próximo ano e eu posso mais à frente explicar quando falarmos das várias atividades. Tudo isso são objetivos que nós temos e que pretendemos realizar. O tirar competências à Junta, há aí uma má interpretação porque nós tínhamos um protocolo que não é propriamente uma competência. Tínhamos um protocolo que já vem de alguns anos atrás que foi feito pela Junta de Freguesia, no sentido de que, penso até que numa questão do PSD, mas isso já não tenho a certeza, sinceramente não tenho mesmo. O que disse, o protocolo, se conhecer os termos do protocolo em que a Câmara Municipal dava uma série de ferramentas e uma série de pessoas para serem geridas pela Junta de Freguesia para arranjar o Parque da Nossa Senhora dos Milagres, o que nunca aconteceu. O que aconteceu foi que transferiram, na verdade, um membro que é o Senhor Anídio e nada mais e o restante nunca mais foi feito. É impossível ou é humanamente impossível, ou nenhum gestor consegue fazer milagres com uma pessoa num parque daquela dimensão. Mas eu queria deixar aqui um pequeno parenteses, aqui para o Marco que é assim: “Eu não me esqueci da questão do Parque da Nossa Senhora dos Milagres. Eu já falei com o Senhor Presidente da Câmara sobre o Parque da Nossa Senhora dos Milagres. Eu já até referi com ele que deveríamos juntar, no sentido de limitar aquilo que eram as áreas para começarmos então a reconstruturação do próprio Parque da Nossa Senhora dos Milagres e eu gostaria mesmo de marcar consigo uma reunião para conjuntamente fazermos uma proposta e avançarmos com ela junto do Senhor Presidente da Câmara e eu isso aí se estiver disponível para falar comigo e trabalharmos sobre isso, gostaria de o fazer e avançar com essa proposta. Portanto, a ver se ajudamos também a Câmara Municipal a fazer a tal reestruturação do Parque. ---

Quanto à questão da água que o Neves dos Santos aqui refere. A questão da água é uma questão quase que nacional, acho que é uma questão que é discutida em vários concelhos como o nosso. O nosso é uma questão que já vem de algum tempo e eu acho que este tipo de questões têm que ser resolvidas e têm que ser discutidas na sede própria e a sede própria é a Assembleia Municipal. E eu, como membro da Assembleia Municipal também me manifesto. Não compete, acho que esta não é uma luta da Junta de Freguesia, na minha perspetiva. É uma luta da Junta de Freguesia no sentido de que é uma luta da cidade, mas acho que a nossas competências são mais viradas para outras áreas que não tanto a questão da água, apesar de em muitas das suas afirmações eu concordar completamente e quando eu estou nessas reuniões também me faço ouvir e também dou a minha opinião. O que não quer dizer, como sabe eu já disse isso várias vezes, eu estou num órgão em que nós só temos um parecer, não temos qualquer vínculo, mas acho que a Assembleia Municipal essa sim tem poderes para fazer de forma diferente e é aí que deve ser discutida de uma forma completamente diferente e aí também estou disposta a discutir dessa forma. Acho que de outra forma



não será a adequada, nem levará a nenhuma conclusão, na minha perspetiva. E penso que respondi a toda a gente. Se houver alguma dúvida estou à disposição.”. -----

Em seguida o Senhor Presidente de Mesa agradeceu a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia e deixou a nota de que o Senhor Duarte Vieira Araújo manifestou a intenção de intervir, passando então a palavra ao mesmo. -----

O Senhor Duarte Vieira Araújo ao tomar a palavra começou por esclarecer que a sua intervenção “não é bem em jeito de intervenção mas é um comentário/contributo que eu pretendo dar.”. Começou então por cumprimentar todos os presentes e disse: “O meu comentário, o meu contributo vem no sentido do que foi dito pelo Deputado José Miguel Dias e também um pouco no que a Dra. Helena Couto tocou. Eu tenho a dizer que este tipo de falta de elevação política é profundamente desprestigiante em qualquer debate político. Mas nomeadamente numa cidade em que possui na minha opinião características territoriais, económicas e sociais muito peculiares. Somos um concelho único, um concelho de freguesia único. Na minha opinião tornam a governação mais “fácil” do em muitos dos concelhos por este Portugal fora. E eu tenho pena que a discussão política da minha cidade seja muitas vezes poluída por falta de elevação e muito taticismo político que é normal, mas que na minha opinião é exagerado que impera muitas vezes nos partidos que bipolarizam ou que têm vindo a bipolarizar o poder de São João da Madeira. E eu acho que São João da Madeira merece que o contributo seja dotado de uma maior elevação porque acho que temos uma cidade com características muito específicas, positivas e que dão alguma margem, na minha opinião, para que as coisas tenham uma elevação ainda maior e que haja convergência e que haja um sentido de os políticos vão passando mas São João da Madeira continua. Acho que os objetivos de cada uma, as políticas ou as ideias não podem ser assim tão diferentes e não podem ser assim tão distantes uns dos outros e acho que este é o meu contributo. Comentei um bocado em jeito de reflexão, tal como o Deputado José Miguel Dias fez e acho que a minha reflexão é uma resolução também de 2020 e destes anos de Assembleia de Freguesia que temos tido e o meu olhar positivo da cidade. Obrigado.”

De seguida, Joana Dias toma a palavra para realizar a sua segunda intervenção e disse: “Eu peço desculpa, eu tinha a minha intervenção preparada no âmbito da delegação de competências, mas a CDU quer-se associar à nota de pesar do falecimento do Senhor Álvaro Fernandes Cardoso e ressaltar e enaltecer o contributo cívico que prestou à nossa cidade numa altura tão crítica de implementação da democracia, é só isso.” -----

No momento seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a intervenção da Senhora Joana Dias, da CDU e perguntou à Senhora Presidente da Junta se queria dizer alguma coisa atendendo às intervenções que foram feitas. Após a Senhora Presidente da Junta manifestar que não pretendia intervir, o Senhor Presidente de Mesa questionou os restantes presentes se mais alguém pretendia intervir, ao que ninguém manifestou essa vontade. -----

Neste sentido, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia apresenta em forma de resumo o que foi dito em cada uma das intervenções: “ Sendo assim, nós temos então um voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Fernandes Cardoso apresentado pelo PS, pelo membro Daniel Pardal Oliveira, pela Coligação, pelo Senhor Germano e também pela CDU, apresentado pela Joana Dias, por isso vamos deliberar relativamente a este voto de pesar. Quem vota contra? (onde ninguém se manifestou) Quem se abstém? (ninguém se manifestou). Aprovado por unanimidade. -----



Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia deu início ao seguinte ponto:
Ponto três – Período de ordem do dia (artigo trigésimo sétimo do Regimento em vigor); -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Danilo Fernandes antes de passar para o Ponto três ponto um, com o objetivo de esclarecer a questão das substituições que estão a ser efetuadas e disse também ao Senhor Danilo que já pode dizer quem é que está impedido de votar no Ponto três ponto um. -----

Neste sentido, o Senhor Danilo Fernandes tomou a palavra e começou por cumprimentar todos os presentes e disse: “Antes de entrar em resposta Senhor Presidente, pretendia se fosse possível, fazia precisamente uma verificação dos presentes porque na verdade eu já consegui ver e ouvir alguns dos presentes, mas faltam-me alguns membros dos quais quero ter a certeza se realmente estes estão ou não a participar nesta assembleia.”. -----

Após fazer novamente a chamada das pessoas que ainda faltava apurar a presença, passou a informar quais os pedidos de substituição que foram enviados à Mesa da Assembleia. Pelo partido socialista temos a Filomena Sousa que está a ser substituída pela Senhora Maria José Pinheiro da Silva Fonseca, que se encontra presente e Fátima Esteves substituída pelo Senhor Afonso Pinho que também já se manifestou que está presente. Relativamente ao PSD/CDS – PP Maioria São João da Madeira, D. Maria da Conceição Leite substituída pelo Senhor Jorge Correia Duarte. -----

De seguida, continuou dizendo “Ao pedido do Senhor Presidente, eu vou então, neste caso, informar as pessoas que estão impedidas de discutir e votar o ponto que se vai seguir. Neste caso, pelo partido socialista Maria José Pinho Silva Fonseca, uma vez que não esteve presente na sessão anterior, Ana Rita Loureiro Duarte Amorim, Heitor Bernardo da Silva. Da parte do PSD/CDS- PP Maioria São João da Madeira temos Deolinda Nunes, José Miguel Dias. Pela parte da CDU, Joana Dias. Tendo em conta que todos estes que acabei de mencionar e de informar não estiveram presentes na sessão anterior.”. -----

Ponto três ponto um – Apreciação e votação da ata número doze de vinte e nove de setembro de 2020 (artigo trigésimo sétimo, número um , do Regimento em vigor); -----

Inicialmente o Senhor Presidente da Assembleia questiona todos os presentes se alguém pretende intervir no presente ponto, ao que não houve qualquer manifesto de intenção de intervir, pelo que se passou de imediato à deliberação, sendo esta aprovada por unanimidade. -----

Ponto três ponto dois – Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia (artigo trigésimo sétimo, número três, do Regimento em vigor); -----

Antes de iniciar este ponto, o Senhor José Miguel Dias apresentou uma nota em que disse “Como o Senhor Danilo disse, quem não esteve presente não se pode manifestar nem votar na discussão da ata. Nós continuamos a achar isso estranho e mais uma vez gostava de dizer que há algumas gralhas na ata e estamos a aprovar uma ata que vai ficar para a posterioridade com gralhas pois se calhar iremos falar e eu penso que essa situação, essa análise, devia de ser vista com atenção porque vamos imaginar que eu teria aqui algumas situações que poderia alertar para se melhorar a ata e ela poderá ficar com erros.”. -----



De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia agradece o contributo do Senhor José Miguel Dias e diz que “Relativamente a esse ponto já tivemos um parecer da CCDR do Norte e isso legalmente é assim que está previsto no código de procedimento administrativo do Norte. A sugestão que eu dou é que me façam chegar para o email da Assembleia de Freguesia que nós tomaremos esses cuidados e agradecemos desde já a atenção.”. -----

No momento seguinte, o Senhor Danilo entrevistou e disse “O Senhor José Miguel Dias entrevistou num ponto em que realmente a ata já estava aprovada e como tal, entendo que eu não poderia ter usado a palavra, mas uma vez que esse ponto já foi posto à discussão e à aprovação, o Senhor José Miguel Dias não devia nem podia ter intervindo nesse ponto. Era só Senhor Presidente.”. -----

Posteriormente o Senhor Presidente da Assembleia agradece o contributo do Senhor Danilo, ao que o Senhor José Miguel Dias diz “Fico muito grato ao Senhor Presidente por me ter permitido não intervir em relação a isso, mas em relação à situação geral. Muito obrigado Senhor Presidente.”. -----

De seguida, o Senhor Presidente diz “Ora essa, estamos cá para sermos flexíveis, mas o Senhor Danilo tem a sua lógica. Ele gosta das coisas certas e eu dou muito valor a isso, por isso é que ele é o meu primeiro secretário. Como é uma ata para a posteridade, eu concordo plenamente que há coisas que devem ser corrigidas quando estão erradas.”. -----

Logo após este momento, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, pedindo desculpa pelo compasso de espera gerado. Assim, a Senhora Presidente da Junta tomou a palavra e disse “Eu não me ia alargar muito sobre a informação escrita, só ia dar nota de duas informações, que aliás já disse antes da ordem de trabalhos que não estão nesta informação, mas que, entretanto, tivemos conhecimento. É a questão da candidatura do Carro Elétrico que veio aprovada e a questão da Oficina do Idosos, que também não está aqui referida nesta informação, mas que foi a reunião de Câmara Municipal e foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, o protocolo e os procedimentos que foram elaborados pela Junta de Freguesia e portanto estamos agora, simplesmente, numa fase de assinar os documentos e poder implementar. Isso não está aqui referido. Por penúltimo, queria também referir que os nossos Orçamentos Participativos dos anos anteriores se encontram concluídos, nomeadamente a aplicação que tive conhecimento hoje que ela já está concluída. Há um pequeno desajuste que nós estamos a verificar se na verdade estão todos adequados ou não, quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia, mas ela já nos foi facultada pela entidade que a elaborou e portanto é uma questão de dias até ela estar perfeitamente online já com as correções que nós achamos que deveriam ser efetuadas. E eu, além do que está aqui referido que penso que é de leitura direta e sem grande dúvida, queria referir-me especificamente ao concurso “O Lápis Ilustrado” que foi o concurso que nós tivemos o maior número de candidaturas, tivemos 179 candidaturas. Nunca tivemos um número tão elevado de candidaturas em qualquer Encontro de Ilustração e que a exposição vai ser amanhã inaugurada. Não vamos fazer uma grande exposição, até porque os tempos não permitem. Portanto, vamos fazer amanhã às 10:30h da manhã, simplesmente, uma entrega de prémios aos três premiados. No caso, só vem o primeiro e o terceiro. O segundo é uma espanhola que não vai estar presente e às escolas que tiveram também esses prémios. Portanto, vai ser uma sessão muito restrita como estes tempos nos obrigam. Vai ser feita no auditório e depois a visita à exposição vai ser feita em grupos de cinco pessoas, poderá ser visitada por quem quiser. Naturalmente, nunca vamos deixar que o grupo de pessoas a



visitar seja superior a cinco, esse será um dos nossos indicadores, mas poderão sempre visitá-la. E chamava a atenção também, já agora, dos 25 finalistas que foram selecionados, são todos portugueses com duas exceções, o que eu achei engraçado de salientar. Tivemos candidaturas de vários países, mas os selecionados, na verdade, com as três honrosas exceções, que é um brasileiro e dois espanhóis, todos os restantes são portugueses e uma delas até é uma aluna da Escola Serafim Leite, que fez uma candidatura e foi uma das selecionadas. Portanto, eu acho que isso também é um mérito para a escola e que é um indicador de que as nossas escolas estão a acompanhar bem os seus artistas que até uma delas foi selecionada e está exposta, portanto, as suas obras originais. E era só e fico à disposição de alguma pergunta que queiram fazer.” -----

Após a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Jorge Duarte. -----

Ao tomar a palavra, o Senhor Jorge Duarte começou por cumprimentar todos os presentes e desejar votos de boas festas a todos, e disse “ Em relação à informação escrita da Senhora Presidente, registei à momentos a informação sobre o Carro Elétrico, também falou da Oficina do Idosos e que vem de algum modo minimizar uma ideia que eu tinha desta informação escrita que não fosse a atenuante de vivermos um ano atípico e continuaremos ainda a viver durante algum tempo, esperemos que pouco, teríamos que classificar esta atividade. Ou seja, em termos de atividades desenvolvidas, pobre. Também condicionada por alguma e pela ausência da transferência de competências, como já foi falado nesta Assembleia. Tomando o ponto prévio desta informação, verifica-se que, ou está irreferido, permanecem encerradas as casas de banho do Parque. Casas de banho, essas que foram inauguradas em 31 de outubro do ano passado e de acordo com o que aqui refere, desde o dia 13 de março encontram-se encerradas, fruto de orientações da Proteção Civil. Tratando-se de casas de banho, que criaram um balneário e um wc para pessoas com mobilidade reduzida ainda mais importante se torna ter aquele equipamento a funcionar, portanto, houve um investimento, decorreram vários meses, houve um encerramento por orientação da Proteção Civil, há ali um período de facto, muito complicado, em que era obrigatório o fecho em que foi decretado o primeiro estado de emergência, entre meados de março e inícios de maio, mas depois disso, vários outros organismos, várias outras instituições têm conseguido contornar essas dificuldades. Portanto, eu pergunto à Senhora Presidente quais as orientações d a Proteção Civil, ou da DGS, que impedem a utilização das casas de banho, porque no meu entender haverá condicionalismos mas dentro de regras de higienização, enfim, devidamente efetuadas e de acordo com essas orientações, julgo que poderão ser utilizadas, o que resultará num benefício para os utilizadores do Parque e que me parece mesmo uma necessidade. Portanto, a pergunta fica, que orientações são essas que impedem essa utilização? Eu julgaria que seguiam condicionantes. E portanto, satisfeitas as condições, isso seria possível utilizar as casas de banho. Portanto, se assim for, há que fazer um esforço para saber porque é que decorridos tantos meses, estamos a falar de vários meses, desde maio pelo menos que essas casas de banho não tiveram outra sorte. -----

Posto isto, ainda em relação à informação escrita, eu gostaria de questionar o seguinte: no final da informação, surge um total de afinidades cerca de 109 mil euros. A diferença entre o total das receitas e o total das despesas é de cerca de 6 mil euros. A minha pergunta é a que é que se deve este valor 109 mil? É um valor em caixa, ou de bancos ou de alguma coisa? Era só.” -----



Após a intervenção do Senhor Jorge Duarte, a Senhora Presidente da Junta tomou a palavra e disse “Relativamente aos wc’s, eu queria esclarecer o Engenheiro Jorge Duarte que, na verdade, eu já pus essa questão em várias reuniões que eu tenho com a proteção civil, em que sou chamada para elas e a informação que tenho sempre do Senhor Presidente ou Presidenta da Proteção Civil a nível de São João da Madeira é sempre que todas as casas de banho públicas têm de ficar encerradas enquanto estiver esta situação de pandemia. Uma questão que se pode desenvolver é naquelas casas de banho que estão próximas de um café, como é o caso das casas de banho junto ao café do Parque, Salão de Chá. Essas casas de banho, que até nem são da Junta, são da Câmara Municipal, elas podem ser utilizadas. Aliás, sempre que há um café tem de haver uma casa de banho, obrigatoriamente tem de haver. E o que está definido relativamente a isso é que o próprio Salão de Chá tem neste momento uma chave e deve, mediante entrega da chave, como fazem os outros, permitir as pessoas irem à casa de banho, mas tem de garantir, na verdade, que essas casas de banho são sempre limpas. Nós limpamos todos os dias o que for necessário, mas quando acontece isto de uma forma de várias pessoas tem que sempre que saia uma pessoa ou duas pessoas ser higienizada a casa de banho. E, portanto, essa questão das casas de banho, sim essa pode ser utilizada e deve ser gerida pelo Salão de Chá. A outra, a informação que tenho sempre até ao momento e sempre que há essas reuniões é que tem de estar encerrada. Portanto, a razão pela qual ela está encerrada é só essa e mais nenhuma.

A outra questão que me colocou relativamente aos montantes, nós temos bastante dinheiro em depósitos bancários, não só estes aqui que está em diferença, mas muitos mais ainda, daí que quando há sempre no final do ano estes montantes de dinheiro que vão sempre passando de um ano para o outro tem haver com as atividades bancárias que nós temos e são superiores aos valores que até que estão aqui de diferença entre as receitas e as despesas que me falou. Não são os 7 mil, mas são muito mais do que isso. Portanto, há uma verba da Junta de Freguesia que “nós herdamos”, digamos assim, e que mantemos até ser gasta. Vai sempre passando de ano para ano. Na altura, ela foi sempre guardada por causa dos autocarros, depois começamos a fazer estes investimentos e agora o objetivo era a carrinha, vamos ver qual é o valor. Temos de dar 50% da carrinha, portanto, eventualmente será para aí e vamos fazendo essa gestão conforme as necessidades e é isso que temos vindo a fazer. E eram essas as respostas que eu tinha a dar ao Senhor Engenheiro.”. -----

De seguida, tomou a palavra o Senhor Marco Fernandes, pelo que iniciou a dizer que “pretendo intervir relativamente a esta informação escrita, ao longo de vários anos, a informação escrita da Senhora Presidente serviu para de alguma forma expor um desentendimento que na altura, dizia-se que havia uma falta de diálogo com a Câmara Municipal relativamente a vários assuntos, nomeadamente a transferência de competências, o Parque da Nossa Senhora dos Milagres e constato agora nesta reunião, mais uma vez, o tema do Parque da Nossa Senhora dos Milagres voltou à precedência, ou seja, nós propusemos então fazer um estudo, a Câmara Municipal deliberou de forma unanime que esse estudo iria ser feito e agora passados dois anos e uns meses, de nada ter acontecido, voltou então à precedência. Eu tenho todo o gosto em aceitar desde já o seu desafio e participar nessas reuniões, no sentido de tentarmos pensar numa solução para o Parque da Nossa Senhora dos Milagres, mas não posso deixar de dizer que esta consultadoria tem custos elevados, estou a brincar, neste momento estou a brincar. Não sei se a Junta vai ter verba prevista neste orçamento para isso. -----



Tirando agora esta parte da brincadeira, de facto, uma vez mais e isto como forma de reflexão Senhora Presidente, esta ferramenta que tem ao seu dispor que é a informação escrita, pode também ser uma forma de aí escrever aquilo que realmente a Junta de Freguesia tem como objetivo para acima de tudo pormos os fregueses em primeiro lugar. E estes assuntos seriam de estar nesta informação escrita, deveriam de alguma forma fazer constar na informação escrita para poder marcar a sua posição relativamente a assuntos que não podem ser esquecidos, que não podem ser de todo secundários. Isto deve ser uma prioridade. E era isto que eu queria dizer. Obrigado.”. –

Posteriormente, tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia que disse “A razão pela qual estou a fazer este repto como fiz à bocado também a si é porque o Senhor Presidente da Câmara quando eu me dirigi a ele relativamente a essa questão e ao documento que foi feito, ele disse-me que tinha tido uma reunião e que os senhores que fizeram essas propostas, tinham ficado de lhe apresentar propostas, foi o que ele me disse e eu fiquei meio assim, afinal uns dizem-me uma coisa, outros dizem outra.---

O que ele achava, foi logo o que ele disse é que provavelmente o que tínhamos de fazer era chamar um arquiteto paisagista e era através disso que nós tínhamos de resolver o assunto e havia já um contacto anterior que foi feito com a universidade e que havia um trabalho que foi feito que ele nem sequer tem conhecimento, pelos vistos, segundo o que ele me disse. E por isso, é que eu estou a dizer que nós devíamos juntar os esforços, penso eu. O Marco tem a informação do que é que foi feito a nível do executivo da Câmara. Eu, a informação que tenho é que o executivo da Câmara remeteu outra vez para vocês, para vocês darem uma resposta e até ao momento não a deram e eu parece-me que estamos ali num impasse, por isso o que eu gostaria de fazer era juntar as partes todas porque eu sou muito mais pragmática, não sou muito de andar para trás e para a frente e ver o que é que, na verdade, está aqui em causa e avançar, porque senão não saímos deste semi empasse ou o que é que isto é, não é?”. -----

De seguida, o Senhor Marco tomou a palavra para realizar a sua segunda intervenção e disse “É só a segunda intervenção para esclarecer que não pode ficar a ideia de que o assunto estava de nosso lado há muito tempo. Portanto, o assunto está do nosso lado, recentemente, isto porque face à inércia que fomos vendo destes mais de dois anos da parte da Câmara, sendo um assunto que para nós o Parque da Nossa Senhora dos Milagres é um assunto que é a prioridade para a cidade. Voltamos em reunião de Câmara a questionar e como não havia nada feito pela Câmara até este momento, foi-nos proposto, então, sugestões em que nós voltamos a dizer que sim porque nós queremos sempre fazer parte da solução e nunca do problema e isto tem sido de facto um problema. Portanto, não pode ficar aqui, uns dizem uma coisa e outros dizem outra. Não. O que aconteceu aqui foi isto, Senhora Presidente. E nós neste momento, realmente estamos com esse assunto novamente do nosso lado, tendo em conta a inércia que existiu durante estes mais de dois anos da Câmara Municipal. E era só este esclarecimento, obrigado.”. -----

Num momento seguinte, voltou a tomar a palavra o Senhor Jorge Duarte para a sua segunda intervenção e disse “Em relação ao que a Senhora Presidente referiu e esclareceu sobre as casas de banho do Parque, eu percebi, depois esclareça-me por favor, que em relação à casa de banho para pessoas de mobilidade reduzida, essa não pode mesmo ser utilizada, deve ficar fechada e provavelmente também as balneais. A outra poderá ser usada pelo café, desde que seja higienizada por cada pessoa que sai?”. -----



Logo após esta intervenção, foi dada a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia que disse “No caso das casas de banho não é pelas pessoas. A entidade que está a gerir a casa de banho e que tem a chave da casa de banho, que no caso é o Salão de Chá, é que tem de higienizar. A obrigação é deles, não é da pessoa que vai utilizar. Faço-me entender? O Salão de Chá tem uma chave da casa de banho, a pessoa precisa de ir à casa de banho, vai pedir a chave ao salão de chá, o salão de chá dá-lhe a chave e depois torna a entregar e a obrigação de higienizar aquela casa de banho é da pessoa que recebeu a chave. Ela é que tem de higienizar aquela casa de banho. É assim que está definido. E é assim que também se faz nos Paços da Cultura. -----

De seguida, voltou a tomar a palavra o Senhor Jorge Duarte e disse “Eu percebi isso, sabia que era alguém responsável. A Junta delega isso no Salão de Chá, pronto, mas isso devia ser uma responsabilidade da Junta, não é?”. -----

Ao que a Senhora Presidente da Junta diz “O esclarecimento era esse, já estou a perceber. Aquela casa de banho não é da Junta de Freguesia, nem é responsabilidade da Junta de Freguesia. Nós fizemos porque a Câmara Municipal nos pediu e nós já queríamos remodelar a outra e remodelamos essa. Nesta situação, como tem acontecido noutras noutras áreas, como por exemplo, nas casas de banho públicas dos Paços da Cultura, nós limpamos, mas quando permitiram que o café pudesse utilizar essas casas de banho, o café é obrigado a higienizar. Ou seja, nós fazemos em geral, só, mas se forem mais pessoas lá, quem tem de fazer mais uma no meio da manhã e no meio da tarde é o dono do café. E é a mesma coisa no salão de chá.”. -----

Posteriormente, toma novamente a palavra o Senhor Jorge Duarte e diz “O que eu entendo é que alguém tem de ser responsável por pôr as casas de banho a funcionar é só isso.” -----

Retomando, novamente a palavra, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia diz “No que respeita ao Marco, eu não queria estar aqui a ser entendida como estou aqui também a passar a pasta. Eu não estou a passar a pasta nenhuma, não é? Eu sei que esta questão tem de ser abordada várias vezes nas Assembleias de Freguesia e eu questionei o Senhor Presidente da Câmara nesse sentido porque gostaria também de estar envolvida e ajudar a resolver esta situação e eu estou-lhe a propor, se assim entender, mas não estou a impor-lhe, não é? Se assim entender, se vocês querem fazer as vossas sugestões e se querem fazê-las sozinhas, tudo bem. Se achar que eu posso ser útil, eu disponibilizo-me para isso e também fazer força para que o pertence continue, a minha intervenção é só neste sentido. E mais nenhum, eu quero que fique entendido. Não vamos estar aqui a perturbar ainda mais a situação. O objetivo aqui seria ajudar a resolver e a agilizar este processo, nada mais. Muito obrigada Senhor Presidente, desculpe lá estas questões.”. -----

No momento seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia faz uma chamada de atenção relativamente ao número de intervenções dos presentes na Assembleia de Freguesia. E de seguida, dá início ao Ponto três ponto três. -----

Ponto três ponto três – Discussão e aprovação da proposta do executivo do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia para 2021; -----



O Presidente da Assembleia começou por dar a palavra à Joana Dias que disse “A questão do mapa de pessoal é só mesmo uma observação, não é nada de mais. É uma observação se irá ser aberta uma vaga para o concurso para Coordenador Técnico ou se irá existir Mobilidade Interna de funcionários que já existam? -----

Posteriormente, a Senhora Presidente da Junta tomou a palavra e disse “Nós não temos feito alterações no mapa de pessoal, tem-se mantido como está. A questão de haver ou não haver uma coordenação ainda é uma situação que a efetuar seria de mobilidade interna e alguém das que estão, neste momento não sei até que ponto é que se justifica, ela não é obrigatória por lei e até que ponto é que se justifica haver uma coordenação, por esta razão nós não achamos que até ao momento fosse necessária essa coordenação e não temos feito esse processo. Mas é interno, seria sempre interno. ----

Depois de não existir mais nenhuma intenção de intervenção relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou a deliberação deste ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto três ponto quatro – Discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da Junta de Freguesia para 2021; -----

Num primeiro momento, o Senhor Presidente da Assembleia atribui a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia que diz “O Plano de Atividades e o nosso Orçamento que estamos aqui a apresentar na Assembleia, nós antes de o fazermos naturalmente, ouvimos os partidos, quer a CDU, quer o PSD/CDS e tentamos, aliás, este Plano de Atividades está mais consensual que nos anteriores, até porque nós fizemos questão de integrar uma série de propostas que foram feitas pelo PSD e pela CDU, no sentido de que algumas seriam ideias nossas, ampliamos a sua área de atividade e portanto tentamos que desta forma, também, que este Plano de Atividades não seja apenas da Junta de Freguesia de São João da Madeira e do seu Executivo, mas seja um Plano de Atividades que toda a Assembleia de Freguesia. O nosso orçamento é um bocadinho superior, temos 388 100€, isto porque os Fundos de Financiamento de Freguesias é um pouco mais elevado este ano e este ano já está comunicado, portanto conseguimos já o colocar na parte das receitas. Também é sempre ir pelo lado, um pouco, as receitas porque nós temos aqui dois processos, que é o processo que é um Processo de Requerimento de Formação, também, que é o PEPAL, que foi autorizado e que já recrutamos uma pessoa que vai começar a trabalhar na próxima semana. E que, portanto, esse é um projeto dos Estágios PEPAL que são financiados e, portanto, também têm, naturalmente, uma parte de receita porque são financiados pelo Estado e também o nosso 100+, a nossa empregada da limpeza, que parte do seu vencimento é apoiado pelo Estado e pelo IEFP e por isso vai também aumentar as receitas e daí o valor ser um pouco superior ao que tem sido nos últimos anos. -----

Eu passava, basicamente, antes de mais nada a um prévio. Nós fizemos este plano de atividades partindo do princípio que apesar de termos a noção claro de que todos nós temos de que este próximo ano vai ser um ano difícil. Economicamente difícil para muita gente. Já não digo, não só na parte dos afetos, porque vai ser naturalmente, mas provavelmente iremos entrar num processo, esperemos nós, gradual de conseguirmos fazer as nossas atividades normais. Mas vai ser, naturalmente, um ano com dificuldades financeiras para as pessoas, para as famílias, para os comerciantes, para as empresas. Isso é um facto já mais que falado e nós temos que partir também desse sentido. Também, por outro lado, não sabemos até que ponto é que a pandemia vai continuar a limitar-nos e até quando, não é? Temos a esperança que no próximo ano, de alguma forma, nos vamos libertando da pandemia, mas não temos a certeza se isso vai



acontecer em maio, em junho, em setembro, em outubro, não é? Portanto, não temos esse dado. Não é um dado nem sequer previsional ainda, quanto mais garantido. Então nós optamos por fazer um plano de atividades, partindo do princípio que existiria um ano normalizado, um ano normal sem pandemia, mas com algumas rubricas já necessariamente reforçadas tendo em conta que vai haver aqui grandes alterações sociais e grandes alterações por causa da pandemia, mas mantemos o mesmo nível de atividades que temos vindo a fazer, o passeio sénior, os passeios culturais, o encontro de ilustração. Tudo isso, como é habitual num ano normal, mas estamos, também, cientes que podemos chegar ao final do primeiro trimestre, que é a altura em que apresentamos as contas do ano anterior, e chegarmos à conclusão de que afinal de contas os dados que nós temos é que vai continuar e que vai ser só em julho ou só em agosto, ou só em setembro. E nós estamos tão cientes disso que achamos que não podíamos ter outra opção, era simplesmente partir do princípio que não temos informação ainda nenhuma e fazíamos um orçamento conforme a situação que tem sido até agora, ou então fazíamos um ano normal. A nossa opção foi fazer como se fosse um ano normal e chegarmos ao final do primeiro trimestre e, na verdade, se verificarmos que as situações da pandemia vão continuar por mais tempo, aí apresentamos à Assembleia de Freguesia as alterações que nós achamos que devem ser feitas face aos regulamentos que tivermos na altura. E dito isto, o nosso orçamento tem os planos de atividades que nós habitualmente fazemos e que integramos ao longo destes anos nas atividades da Junta. Quer dos transportes ao IPO, desde a Picadinha à Sopa Solidária. Há no entanto reforços que nós fizemos em termos orçamentais. E fizemos reforços nas áreas sociais. Fizemos reforços em tudo o que seja Sopa Solidária, nos Apoios aos Séniores no cartão da fisioterapia porque vamos criar um serviço de fisioterapia ao domicílio. Há mesmo uma candidatura aos Bairros Saudáveis nesse sentido, nós já fizemos. Aumentamos o valor do Frigorífico Solidário, são valores pequenos, mas que também é no sentido de que todas estas atividades com uma vertente social devem ser mais acentuadas. Temos a Oficina Sénior que vamos neste momento, também, iniciar em janeiro e criamos duas outras atividades que nunca fizemos. Uma delas é a criação de um Local de Apoio a Imigrantes. Eu devo-vos dizer que já fui esta semana falar com o Alto Comissariado dos Imigrantes. Já temos o protocolo para assinar e a ideia será, provavelmente, no final do mês de fevereiro fazer a inauguração formal porque o Senhor Secretário de Estado quer cá vir, são as pessoas responsáveis por esta área. Uma das questões é esta, não se têm noção mas eu não tinha a noção que tínhamos muitos imigrantes em São João da Madeira, mas fiquei ainda mais admirada quando soube que temos 685, pelo menos registados, em São João da Madeira de variadíssimas nacionalidades e nós temos a noção disso na Junta que recebemos montanhas de pessoas, brasileiros, agora até marroquinos a pedirem-nos atestados de residência. Muitos deles não sabemos muito bem se estão regularizados ou não e portanto, vamos partir para a criação deste tipo de local que será na Biblioteca. Vamos também criar um gabinete de apoio aos fregueses em que iremos ajudar as pessoas no preenchimento de todos os documentos que elas têm de assinar. Devo dizer que esta criação de gabinete ainda era um objetivo nosso, que tentamos mas não conseguimos a certa altura, mas vamos tornar a tentar até porque foi uma das propostas do PSD, que nós achamos que é muito importante, assim como a criação do CLIM, já é uma proposta nossa. Por outro lado, vamos continuar o apoio domiciliário, agora de uma forma mais intensa. Não pretendemos de forma alguma, e isso que fique bem claro e é muito difícil eu conseguir isso, às vezes as pessoas não têm muito bem a noção disto, é que o apoio à área social, no apoio às pessoas carenciadas é feito pela Área Social da Câmara e a Área Social da Câmara é que tem Assistentes Sociais que podem analisar tecnicamente as situações das pessoas. Nós poderemos, simplesmente, fazer o que seja para além



disso, não é? Portanto, todo o trabalho que seja feito mesmo no âmbito domiciliário tem de ser sempre feito com a integração da Câmara e nas várias Associações que estão a fazer este tipo de trabalho. Eu já tenho uma reunião marcada para o meio da semana, na primeira do mês de janeiro com o presidente dos Ecos Urbanos, no sentido de vermos até que ponto é que nós, Junta de Freguesia, poderemos apoiar mais a área social sem entrar em concorrência com a Câmara Municipal, não é isso que pretendemos. O que pretendemos é que e temos a noção de que as pessoas devem precisar do que isso e então temos de definir critérios e fazê-los e utilizá-los de uma forma criteriosa e não porque a ou b disse que precisava. Não pode ser assim, tem que ser de acordo com aquilo que está definido. E é esse o nosso objetivo e por essa razão nós aumentamos também a rubrica relativamente ao Apoio às Famílias, que passou para 5 500€ que podem verificar no nosso orçamento. Está aqui um reforço no apoio à família, em termos monetários no apoio social, que é isso que pretendemos fazer. O próprio apoio ao comércio tradicional, nós fizemos uma proposta já este final de ano, não sei se têm conhecimento, à Associação Comercial, no sentido de os apoiarmos, que no caso, através do Senhor Barreira, foi-nos dito que neste momento não precisavam, que agora era muita confusão e que era melhor não. Não o fizemos porque foi assim que nos foi dito e combinei mesmo com ele que íamos fazer este apoio, identificado no próprio plano de atividades e que eu falei com ele mas que iremos fazê-lo, a própria proposta foi dele, que fosse feito um pouco mais à frente porque também temos a noção de que o comércio teve um alto movimento agora no Natal, mas é natural que no mês de fevereiro e março que torne a ter uma quebra acentuada e, portanto, tentamos fazer este apoio através destes vouchers que nós iríamos dar, que seriam do nosso orçamento e das nossas verbas de apoio e para assim também apoiar, não só as pessoas, mas também apoiar o comércio e falo aqui do comércio tradicional, puro e duro, as lojas de rua. Estas serão algumas das áreas em que se vê perfeitamente o nosso apoio e a nossa vertente mais social e as novidades. No que respeita ao Orçamento Participativo, nós não fizemos este ano devido à pandemia mas nós temos intenção de o fazer no próximo ano, independentemente da pandemia ou não, porque achamos que o conseguiríamos fazer mesmo assim e, portanto, o Orçamento Participativo vai ser da Junta de Freguesia, não vamos fazer o da Câmara Municipal, vamos fazer o nosso Orçamento Participativo. Penso que também era nesse sentido todas as respostas partidárias desta Assembleia se manifestaram e é isso que nós vamos fazer. Estas vertentes culturais nós este ano, como vocês sabem, nós deixamos de fazer todos os eventos culturais porque a situação não permitia. Nós temos aqui todas mas todas elas vão depender, naturalmente, das condições que no momento se apreciem e dos números que tivermos e mesmo das vertentes que nós temos de informação a própria DGS e mais importante do nosso Centro de Saúde e da nossa Delegada de Saúde. Nesse plano, já está, até aliás, um ciclo mensal de cada uma das coisas que nós íamos fazer e que não fizemos este ano por causa do covid. Mas que metemos aqui porque é um dos nossos objetivos. Já temos até tudo isto orçamentado. Tudo isto programado, mas que não foi feito. É, no entanto, no caso da Biblioteca criar uma Ludoteca. Nós temos ideias de fazer atividades, não só integrando as várias comunidades através de um trabalho em rede, ou seja, trabalhar com os imigrantes, trabalhar com os bancos de tempo de existem, trabalhar com as crianças dos at'l's. Atualmente verificarem quando vão aos at'l's muitos dos alunos são de nacionalidades diferenciadas. Por outro lado, a Cruz Vermelha tem os refugiados. E a ideia será criarmos ali atividades com as crianças e com os séniores e ao mesmo tempo que vá também integrando estes refugiados na nossa comunidade. É esse o objetivo da criação da Ludoteca e das atividades que a Ludoteca vai desenvolver e para isso temos uma



pessoa que é estagiária, uma licenciada, é a parte final. É um estágio integrado da Universidade de Coimbra e que está aqui a fazer esse trabalho na Junta de Freguesia.

No que respeita à parte da Juventude, sempre foi uma das nossas preocupações. Já fazia parte do nosso anterior plano, que eram estas sessões com profissionais de várias áreas. Temos mesmo até um projeto já desenhado para isso, mas que não implementamos face à pandemia. Portanto, se esta situação recuar iremos implementá-lo. A criação do Dia do Ambiente penso que também vai ao encontro daquilo que de alguma maneira o PSD também propôs que era a ligação das escolas e a sua integração nas grandes atividades. Uma delas, por exemplo, no Dia do Ambiente poderá ser uma forma, por exemplo, de os integrar nestas atividades e nos nossos projetos na área da Juventude. -----

E depois temos aqui umas situações que provavelmente serão mais discutíveis e eu tenho noção clara disso e que só serão feitas, na verdade, se tivermos verba para isso e se, na verdade, a situação, como todos desejamos, se vier a estabilizar e não for necessário um maior apoio às pessoas porque esta proposta é uma proposta que é feita de acordo com os valores nós temos e dessa forma conseguimos fazê-la ou iniciá-la, mas naturalmente e isto nem sequer tem discussão para nós. Se verificarmos, como já fizemos isso no passado, quando verificamos que a situação estava como estava, nós resolvemos doar monitores e fizemo-lo porque era uma situação necessária. E, portanto, isso para nós não é algo problemático desde que esta situação aconteça, nós seremos os primeiros a tomar essa opção. Se, na verdade, as coisas se vierem, aos poucos, a melhorar e a estabilizar, então, o que nós pretendemos é, por um lado, reavivar o Grupo Folclórico de São João da Madeira, o Laboraneo. Aliás, há também, um projeto na Serafim Leite, no sentido, de renovação do Património Local. Portanto, isto vais ao encontro com esse trabalho e é fazermos este trabalho juntamente com as escolas e tentarmos reavivar isso. E para esta atividade nós estabelecemos aqui o valor de 10 mil euros. E o outro projeto, esse então é o que eu digo que poderá ser mais discutível, é relativamente à Casa no Parque Infantil. Não sei se todos estão a ver... Há uma casa no meio do Parque Infantil, que é uma casa que está, digamos, a precisar de grandes obras ou de algumas obras e nós gostaríamos de tentar restaurar aquela casa, para ter uma casa no Parque. Para atividades de jovens, para receber pessoas e acho que era uma ideia engraçada. Nós pusemos aqui algum valor, naturalmente, o valor que pusemos não é o suficiente para restaurar a casa. Era o início, pôr as janelas, começar este processo. Mas estamos, como vos disse anteriormente, cientes de que se for necessário, a primeira coisa que nós retiramos logo será este trabalho e iremos envolver estes valores naquilo que for necessário. Principalmente para a área social. E era só isto e estou disponível para as vossas perguntas. -----

Após agradecer a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, o Senhor Presidente questionou todos os presentes se alguém pretendia intervir, ao que a maior parte dos presentes manifestou a intenção de intervir. Nesse sentido, foi dada a palavra à Senhora Deolinda Nunes.

Ao tomar a palavra a Senhora Deolinda Nunes começou por agradecer ao Senhor Presidente e disse: "Então eu, falando sobre o Orçamento, eu gostaria de começar por realçar, como uma nota positiva deste orçamento, que pela primeira vez, deste mandato que eu estou presente, vemos incluídas algumas das nossas propostas. Das vinte e cinco propostas que apresentamos, vemos incluídas o Apoio Domiciliário, na compra de alimentos e medicamentos às pessoas que não podem deslocar-se por diversas razões. Aliás, estas iniciativas foram, de alguma forma, também já referidas pela nossa Presidente da Junta, na sua intervenção anterior. Propusemos também o apoio ao



comércio local através da atribuição de vouchers e que, enfim, é uma medida que nós consideramos muito importante no momento atual. Propusemos, também, a criação de um Gabinete de Apoio aos Fregueses, vimos esta iniciativa concretizada no Plano de Atividades, embora com bastantes menos valências do que aquelas que nós propusemos. Nós gostaríamos que tivesse sido ou que viesse a ser concretizado um Gabinete de Apoio que tivesse outras vertentes, nomeadamente, o Apoio Psicológico, o Apoio às Famílias que estão com problemas de endividamento, ajudá-las, enfim, a estruturar um bocadinho a sua vida. Gostaríamos que tivesse sido um Gabinete um bocadinho mais alargado. De qualquer das formas, não podemos deixar de registar com muito agrado que estas nossas propostas foram acolhidas. Para além do registo gratuito dos animais de estimação, sabemos que é uma coisa que não tem uma grande expressão ou tem uma expressão quase nula nas receitas do orçamento porque poucas pessoas se dão ao trabalho, entre aspas, de registar os animais, contudo, nós entendemos que pode ser uma medida que possa incentivar quem tem os animais a registá-los e isso permitiria fazer um rastreamento um bocadinho mais minucioso da existência dos animais. E no domínio da Juventude e, sobretudo, das crianças, o Concurso sobre o Dia do Ambiente, nós, de todas as iniciativas que propusemos, gostámos desta também, naturalmente. -----

Mas, mesmo assim, Senhora Presidente, nós consideramos que este orçamento fica muito, muito aquém do que seria possível fazer. Senão, vejamos, o ano que agora termina, infelizmente, pautou-se pela impossibilidade de executar muitas das atividades que estavam previstas. O que resultou, naturalmente, numa disponibilidade, no final do ano, ou irá resultar, de uma verba que nós estimamos que seja muito significativa. A Senhora Presidente, na sua intervenção, não referiu em momento nenhum a disponibilidade destas verbas, mas eu recorro, por exemplo, que estavam orçamentados qualquer coisa como 25 mil euros, já o ano passado, para o Passeio Sénior que não se realizou. 25 mil euros para o Encontro de Ilustração que não se realizou. Enfim, muitas outras. Estas são as verbas mais significativas, mas muitas outras atividades não foram realizadas e as verbas ficam disponíveis e nós não vemos refletido no orçamento para o próximo ano estas mesmas verbas. -----

A Coligação PSD/CDS apresentou, como eu já disse atrás, um número significativo de propostas e todas elas visavam impactar a comunidade, indo ao encontro das necessidades atuais. E, por exemplo, eu gostava de referir que nós propusemos a atribuição, e aqui vou referir só algumas, obviamente, não vou repetir todas. Propusemos a atribuição de um “Cheque Supermercado” que se destinava, naturalmente, a ser gasto no comércio local/tradicional, mas destinado às famílias que se vêm nesta situação, fruto da pandemia, sem empregos, com os seus rendimentos muito reduzidos e com muitas, muitas dificuldades. Não vimos esta proposta traduzida. Propusemos, também, e já tínhamos proposto no ano anterior e voltamos a propor neste ano, a atribuição de um “Cheque Bebê” para as famílias que têm filhos, famílias sanjoanenses, domiciliadas e registadas em São João da Madeira, e que, naturalmente, seria também uma forma de apoiar as famílias. Volto a dizer, o momento é difícil, todas as ajudas nós consideramos que seriam bem-vindas. Mas não propusemos só atividades que tivessem um impacto tão direto nas famílias. Consideramos estas muito importantes, mas propusemos, também, muitas atividades que tinham como objetivo dinamizar a nossa cidade, educar os nossos jovens, as nossas crianças para alguma responsabilidade adicional em diferentes áreas. Eu refiro, por exemplo, e recorro aqui Senhora Presidente, a nossa proposta de aulas de dança e aulas de música como instrumento de inclusão para os jovens de diferentes idades e, naturalmente, de diferentes culturas. Enfim, diferentes origens. E a Senhora referiu, há pouco, a questão



dos migrantes da nossa cidade e eu recorro que a música é expressão corporal para além do desporto. São formas muito úteis e muito apreciadas pelos jovens. Promover a inclusão social. -----

Outras áreas em que nós propusemos, também, propusemos a organização de diversos eventos no Parque da Nossa Senhora dos Milagres, ele foi muito referido aqui ao longo da noite. Mas Senhora Presidente, nós podemos reabilitar o Parque e é a nossa ambição, e fez parte sempre do nosso programa a reabilitação do Parque mas ele também tem que ser dinamizado, porque o Parque morreu, perdeu os seus frequentadores em grande parte e agora nós precisamos de voltar a trazê-los para lá, independentemente, do estado menos agradável que ele possa ter. Propusemos, também, a criação de um mercado de rua com uma periodicidade regular e que consideraríamos que seria uma forma muito interessante de dinamizar a nossa cidade. Não foi acolhida a nossa ideia com muita pena. Propusemos algumas ações que visavam a educação dos mais pequenos para a responsabilidade sobre os animais de estimação. Enfim, um conjunto. Eu não vou aqui enumerar todas as propostas. Como eu já disse são muitas. Mas um conjunto de propostas que temos a certeza de que iam impactar a nossa comunidade. Mas a Senhora Presidente, apesar de, enfim, ter disponibilidade nas suas contas e uma verba significativa, como eu já disse, preferiu canalizá-las para outras ações. E para a ajuda à população, para a população carenciada, nós vemos, de facto, verbas significativas como os 6 mil euros nos apoios relacionados com a pandemia, 5 mil e 500 euros para as famílias carenciadas. Enfim, mais algumas verbas do reforço de algumas outras atividades que já existiam, como referiu, a Fruta Social, a Horta Comunitária. Mas Senhora Presidente, pelos nossos cálculos, no total do orçamento 3% a 5% é a verba que a Senhora destina à ajuda comunitária e, enfim, nós consideramos que é muito pouco, em contrapartida, destina 7 mil euros para a comunicação e imagem, 3 mil e 500 euros para a consultoria. Enfim, mais ou menos, à volta dos mesmos 3% a 5% são destinados a outras atividades, que eu, enfim, permita-me o comentário, mas não sei se serão tão importantes quanto é de facto a ajuda comunitária, a ajuda que os nossos fregueses estariam à espera. E aqui, mais uma vez, Senhora Presidente temos aqui um problema, de facto, de prioridades. As prioridades são diferentes. Aquelas que aparecem refletidas neste orçamento são diferentes daquelas que a Coligação PSD/CDS põe e sempre põe na sua atividade. ----

Este orçamento parece-nos um pouco mais do mesmo. Parece-nos, mais uma vez, que há uma manifesta falta de ambição, uma falta de capacidade de adaptação com o momento em que vivemos. Lamentamos que, de facto, o momento em que vivemos não tenha sido claramente aproveitado por esta Junta para se aproximar, ainda mais, dos fregueses, para fazer um trabalho que deixe, de facto, uma marca inesquecível num momento que é tão difícil. E por tudo isto, eu queria dizer, Senhora Presidente, nós não nos revemos neste orçamento. É só, muito obrigada.” -----

Posteriormente, toma a palavra a Senhora Rita Azevedo que começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e diz “A minha intervenção prende-se com as atividades planeadas para a Juventude. Nós pensamos que apenas duas atividades para uma faixa etária tão abrangente são determinantemente escassas. Para além disso, o facto de não existir nenhuma atividade prevista, a nível desportivo, como aliás já existiram em tempos os domingos desportivos e as manhãs desportivas e etc., também é uma questão que nos inquieta e é por isso que também queríamos deixar esta nota quanto ao Plano de Atividades. E é tudo, obrigada.” -----

De seguida, tomou a palavra a Senhora Joana Dias que disse “Antes de mais, quero congratular a Junta de Freguesia por um orçamento com maior incidência social. Tem



sido, desde sempre, bandeira da CDU a importância da Junta de Freguesia na ação social e a delegação de competências e meios físicos e humanos para a Junta de Freguesia poder ser o primeiro ponto do embarque do freguês. Que é onde o freguês, por norma, se dirige, é à Junta de Freguesia. Mas apesar de tudo, aprovação de análise do orçamento, as verbas apresentadas são muito insuficientes em detrimento de outras atividades. Após uma análise profunda da documentação é de lamentar que uma freguesia com mais de 21 mil habitantes esteja a braços com um orçamento tão limitado. 388 mil euros é realmente pouco para as necessidades da freguesia. Apesar de não ser novidade, houve parte do investimento que tínhamos mantido expectantes que, com o evoluir da relação PS – CS, houvesse uma alteração política na Câmara que se manifestassem mais investimentos na Junta de Freguesia, o que não foi traduzido. E feitas as contas deparamo-nos com despesas de capital a serem apenas 4,5%, mantendo este orçamento ao mesmo nível baixo dos últimos anos, ou seja, mesmo muito diminuído. -----

Antes de passar à análise de algumas atividades, eu gostaria de questionar qual o destino das verbas orçamentadas e não utilizadas durante este ano que poderiam ser utilizadas para repor, de facto, a ação social. -----

Na questão do Passeio Sénior, e eu quando falo no Passeio Sénior a Dra. Helena já se ri, já sabe o que é que eu lhe vou dizer, a CDU continua a defender que a verba destinada a esta atividade de lazer isolada, devia ter aplicado a atividades de acompanhamento aos seniores sanjoanenses. A situação que atualmente vivemos acentuou os casos de exclusão social e mais que um dia de festa num ano, em 2021 e cumprindo todas as normas da DGS, nós já vimos ser possível fazer atividades cumprindo as normas da DGS, deviam ser proporcionadas aos seniores atividades lúdicas e culturais que combatam o isolamento que se foi acentuando ao longo deste ano. -----

Relativamente ao Encontro de Ilustração, antes de mais, dar os parabéns pela solução encontrada para dinamizar a atividade este ano. Nós temos sanjoanenses, a nível mundial, que vão dar cartas nesta área e não houve durante os anos investimento em Oficinas, por exemplo, que dinamizassem esta atividade junto dos estudantes que estudam estes cursos nas escolas de São João da Madeira. Portanto, se nós neste momento temos sanjoanenses que são cartas nesta área, imaginemos quantos mais não poderíamos ter se uma boa verba desta atividade fosse utilizada na criação de Oficinas, onde houvesse acesso aos estudantes para poderem trabalhar e aperfeiçoar as suas técnicas. Acreditamos que seria mais vantajoso para São João da Madeira um investimento nos nossos, do que apenas na questão de termos um convidado estrangeiro. Não é só levar São João da Madeira ao mundo, mas sé elevar os nossos fregueses para o mundo. -----

Relativamente à Biblioteca de Fundo de Vila, eu fiquei muito entusiasmada quando vi a criação de uma Ludoteca. Depois vimos o orçamento para atividades durante um ano, é realmente pouco. É nos apresentado uma verba de mil euros para dinamizar atividades, não antevimos investimento de benefício neste espaço que torne apelativo e inovador, o torne num instrumento de convívio e cultura. É na opinião da CDU, um espaço essencial de socialização e de combate ao isolamento que esta pandemia acentuou. Portanto, a ideia é muito boa, mas eu creio que o investimento é muito fraco.

Relativamente aos parques e jardins, nós temos uma questão relacionada com a chamada Casa de Sacristão. Está a degradar-se a olhos vistos, a Junta tem com os seus fracos meios tentado reabilitar o Parque da Nossa Senhora dos Milagres, mas



apesar das estruturas estarem a ser melhoradas, nós chegamos lá e deparamo-nos com um edifício morado, fechado e feio a degradar-se e gostaríamos de saber se há hipótese de a tornar nossa e reabilitar e torna-la útil para São João da Madeira. Tenho dito.”. ----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Daniel Pardal que começou por dizer: “Senhora Presidente, caros fregueses de São João da Madeira, este é o último orçamento do atual mandato autárquico que vai dar continuidade ao projeto deste executivo de freguesia que ao longo destes anos foi desenvolvendo alguns projetos no âmbito, sobretudo, social para o qual contou sempre com diálogo e apoio da Câmara Municipal de São João da Madeira. Aliás, se há uma marca que fica deste mandato autárquico é, significativamente, a mudança de postura do Executivo Municipal para com a Junta de Freguesia relativamente a mandatos anteriores. Isto mesmo foi valorizado pela Senhora Presidente na última Assembleia Municipal e também pelo Senhor Presidente da Câmara. Recordo por isso que medidas como a mudança das instalações da Junta de Freguesia para os Paços da Cultura do concelho, que muito valorizam o poder local de proximidade, mas também o Orçamento Participativo e a aquisição do Autocarro que presta um importante serviço às escolas e associações do concelho. Podemos afirmar com algum grau de certeza que não há nos últimos anos, Câmara Municipal que tenha apoiado tanto a Junta de Freguesia como esta e por isso não poderia deixar de louvar e enaltecer nesta Assembleia. -----

Voltando ao orçamento, não posso deixar de comentar a análise demagógica e populista que o PSD de São João da Madeira optou por fazer, quer tanto nesta Assembleia de Freguesia, quer na Câmara e na Assembleia Municipal. É lamentável que no atual contexto de Pandemia, o PSD esteja já a pensar nas eleições e a desenvolver manobras de comunicação que não passam demagogia. É por isso, importante anunciar que o PSD apresentou cerca de vinte e cinco propostas de alteração ao orçamento para 2021. Ora, a menos de um ano das eleições não é aceite fazer este exercício, sendo que as propostas, todos sabemos, não têm o intuito de serem executadas, mas sim, serem propagandeadas pela oposição. Mas pior do que isso, vinte e cinco propostas sem qualquer cálculo de custos, de impacto orçamental das despesas e sem sequer saber se a Junta de Freguesia teria capacidade financeira para as executar. -----

Caros sanjoanenses, o que diríamos dos partidos que nos representam na Assembleia da República se apresentassem vinte e cinco propostas de alteração ao Orçamento de Estado no atual contexto, sem calcular o impacto orçamental dessas mesmas medidas. A resposta é simples, diríamos que pronunciaríamos sem piedade, que era populismo, demagogia, que era a pensar em sondagens e nas eleições. É isso mesmo que, infelizmente, o PSD local está a fazer. Por tudo isso, o PS denuncia esta situação para que todos os sanjoanenses saibam com quem podem contar. -----

Senhora Presidente, fazer um orçamento é fazer escolhas. Estas foram as escolhas do atual executivo que procede o caminho que tem sido percorrido nos últimos anos. 2021 será um ano particularmente difícil, pelo que é importante estarmos todos, sobretudo, os órgãos de poder local devidamente preparados para fazer face a todas as circunstâncias necessárias. Muito obrigado, Senhora Presidente. É tudo.”. -----

Posteriormente, tomou a palavra o Senhor Jorge Duarte que disse: “A minha intervenção vai ser curta porque grande parte do que eu pretendia dizer foi muito bem-dito e expresso pela membro Deolinda Nunes e, portanto, ficou um pouco esvaziada. No entanto, sobrou o seguinte: se bem entendi a Senhora Presidente, a Senhora Presidente disse que o orçamento aumentou em relação ao de 2020. Pelo que eu vi, o total geral do atual orçamento é de 338 mil e 100 euros e o de 2020 foi de 386 mil 666 euros,



portanto a diferença anda na casa dos mil e quinhentos euros, é residual. O que contrapõe com aquilo que foi dito de várias atividades que por força da pandemia não foram realizadas. Assume particular importância o Passeio Sénior e a Ilustração que só aí eram 50 mil euros de dotação, mais uma ou outra atividade, como apoios a festas da cidade, da Nossa Senhora dos Milagres, etc. E, portanto, eram valores bem superiores que não aparecem refletidos no atual orçamento mormente a Senhora Presidente ter referido algumas atividades que se propõe fazer e até ter incluído três ou quatro do PSD.

Relativamente ao que acabou de ser dito pelo membro que falou antes de mim, não é demagogia o que o PSD fez ao apresentar as propostas, pelo contrário. E quando diz que não nos preocupamos em saber se a Junta tinha dificuldades ou capacidade financeira para tanta atividade, a prova que o tinha é que a Senhora Presidente quando justificou os 109 mil euros que aparece na informação escrita que existem disponíveis e ainda referiu que existem outras quantias em contas bancárias e não sei o quê. Portanto, falta de capacidade financeira não existe. Acho que ficou claro. Por isso, a apresentação de propostas pelo PSD foi pertinente, foi oportuna, até. Muito obrigado.”.

Logo de seguida, tomou a palavra o Senhor José Miguel Dias que começou por dizer: “Tinha de intervir depois da cassete que o Deputado Daniel colocou em andamento. A cassete que nós ouvimos também na Assembleia Municipal. E, portanto, as propostas que o PSD foi apresentar à Senhora Presidente da Junta que muito amavelmente nos convidou a fazê-lo, foi não só propostas que foram apresentadas pela primeira vez este ano, mas também, um somatório das propostas que foram sendo feitas ao longo dos anos e que não foram incluídas nunca em nenhum processo. E, só por exemplo, não tenho aqui porque, entretanto, tive que mudar o computador e não tenho aqui todas as propostas que nós apresentamos, mas por exemplo, quanto é que custaria organizar ou implementar um mercado de rua, por exemplo? Teria um custo zero ou próximo disso. E é só, obrigado.”. -----

No momento que se seguiu, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se mais algum dos presentes pretendia intervir. Como ninguém manifestou essa intenção, o Senhor Presidente da Assembleia atribuiu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia. -----

Ao tomar a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia começou por dizer: “Vamos lá ver se eu consigo responder às perguntas todas e vou começar pela Engenheira Deolinda. -----

Na verdade, este orçamento não é não é do PSD, é o orçamento do PS, é o orçamento deste executivo. É habitual o PSD, eu não entro muito nestes discursos de cassete como diz o José Miguel, eu não consumo cassetes apesar de ser da geração das cassetes, mas o que o Daniel já não deve ser, porque o Daniel já é da geração dos cd's, provavelmente. Eu é que sou da geração das cassetes, só na brincadeira. E o que eu estava a dizer, este é um orçamento, naturalmente, que é desta Junta e esta Junta foi eleita pelo PS e foi por ela proposta. Há, no entanto, uma coisa que eu tenho deixado sempre isto todos os anos, anualmente retirado isto. Mas é habitual o PSD dizer sempre que o orçamento é pouco ambicioso, que se espera mais do orçamento, que se espera mais atividades. Aliás, é sempre a frase que é referida anualmente. Eu até me dei ao trabalho, agora, neste pequeno momento que estava a ouvir-vos e foi ver e neste orçamento nós temos aqui vinte e cinco atividades que não existiam na Junta, que nós criamos nestes dois mandatos. Só aqui estão vinte e cinco atividades que não existiam na Junta, que não eram praticadas na Junta de Freguesia existente na altura do PSD e que nós criamos e que nós dinamizamos. Se isto é pouco ambicioso eu não percebo,



sinceramente, não entendo. Esta é uma questão que eu gostaria de referir porque anualmente me dizem sempre uma coisa: “que é pouco ambicioso, que se está à espera de mais.”, quando nós próprios criamos vinte e cinco atividades novas, que não existiam. Não estou a falar do Passeio Sénior que já existia, não estou a falar da Picadinha que já existia, não estou a falar de atividades que já existiam. Estou a falar de atividades que nós criamos, que nós introduzimos e que hoje em dia são consideradas como imprescindíveis na atividade da Junta, que todos os fregueses estão à espera delas. E isso eu gostaria de marcar porque fico sempre um bocado sensibilizada com esta indicação, anualmente. Se nós temos tão pouca ambição, o que é que foi feito anteriormente, então? Seriam muito pouco ambiciosos. A noção de ambição está aqui um bocado deturpada, provavelmente. E eu gostaria de explicar duas rubricas que aqui, provavelmente, foram mal analisadas. A Engenheira Deolinda falou-me na consultadoria que era um valor muito elevado para a consultadoria e eu ia dizer-lhe, não explicitar, a consultadoria que está aqui referida, e o valor é superior por esta razão, passamos a ter uma consultadoria, que anteriormente era trimestral, passou a ser mensal ao nosso sistema informático e contabilístico e é por essa razão que o valor é superior. Gostaria de explicar isso, houve aqui um investimento. Aliás, é uma das propostas do PSD, um maior investimento na tecnologia na gestão. Aqui está ela, portanto, nós este ano resolvemos investir numa consultadoria que anteriormente, quer contabilística, quer anteriormente era só feita trimestralmente e nós achamos que deveríamos fazê-la agora mensalmente para dar aos funcionários maiores ferramentas e uma maior facilidade e uma maior capacidade de crítica do próprio sistema informático. E, por essa razão, foi uma das decisões que tomamos. Provavelmente também não viram, nós também conseguimos diminuir as nossas comunicações para quase metade do que eram anteriormente. Isto tem haver com a gestão que nós fazemos no dia a dia. -----

Quando fala em percentagens na Área Social na ordem dos 3%, acho que as contas estão um bocado mal feitas porque eu penso que parte, não estou a chamar à Engenheira que fez mal as contas, porque quem sou eu... Fazer contas saber fazer muito melhor contas do que eu com certeza, mas a questão não é essa. Nós quando fazemos esta análise, há um valor no orçamento que é sempre fixo. 200 mil euros são sempre, não mais do que isso, são sempre custos fixos. Nós nunca podemos deixar de ter esses custos. São os custos com o pessoal, são os custos com a água, com a luz. Todos estes custos fixos, e a Senhora Engenheira sabe melhor do que ninguém, e se for ver as verbas todas e se as somar, chega a conclusão que 200 e tal mil euros são só custos fixos. O Senhor Germano sabe isso com certeza que já lá esteve e vê isso. E, na verdade, a Junta de Freguesia tem em média 100 mil euros para atividades e são esses 100 mil euros que nós tentamos gerir da melhor maneira e muitas vezes com atividades que quase nos custam zero. Mas porque é que nos custam zero? Porque nós envolvemos Associações, porque nós envolvemos outro tipo de atividades. E, por essa razão, tem muitas atividades que para vocês até parece que não tem custo nenhum. É impossível com aquele dinheiro conseguir fazer alguma coisa, nós até fazemos, mas fazemos, às vezes com muito pouco dinheiro, mas com a colaboração de muita gente. Isso fazemos. Daí que, quando nós falamos das nossas áreas sociais, que nós gastamos 5 mil e 500 euros no apoio às famílias e 6 mil euros no apoio à pandemia, estamos a falar de 5%, 6%, mais de 10% do nosso orçamento de atividades, que resto é custos fixos, que são orientados para a área social. Mas há outra vertente que eu gostaria de vos dizer, isto tem haver com a parte prática e pragmática. Há aqui um erro, que toda a gente está aqui a referir, quando falam dos 25 mil euros do Passeio Sénior. O nosso custo é 25 mil euros, pois é verdade, mas 14 mil e quinhentos euros desse custo é receita que vem da Câmara. Portanto, o nosso valor não são 25 mil euros. É 25



mil euros menos 14 mil e quinhentos. Portanto, nós não temos 25 mil euros, primeira questão. Segunda questão, é como vocês sabem e alguns de vocês já estiveram na gestão da Junta e sabem isso perfeitamente quando referem “então aquele dinheiro que cresceu este ano não está aqui colocado, onde é que vocês o colocam?”. Vocês vão todos receber esse dinheiro. O final de contas é só feito em março. Vocês estão fartos de assistir a isso. Todos os anos é em março do ano seguinte, é que nós apresentamos as contas, é que vemos qual é o saldo que veio do ano anterior e vamos aplicar e isso é posto à vossa discussão. São vocês que decidem, na Assembleia de Freguesia, com a nossa proposta, naturalmente. Aprovam ou não aprovam a nossa proposta, no sentido de colocar essas verbas em novas rubricas ou nas rubricas que já existem e acrescentando-as. É sempre isto todos os anos, portanto não me venham falar, nem podem, neste momento falar no dinheiro que cresceu deste ano. Nós nem sabemos o dinheiro que cresceu deste ano. Quer dizer, tenho uma ideia do dinheiro que vai crescer este ano. Mas todos vocês são saber isso diretamente porque nós temos obrigação, como sempre, além da nossa transparência, de vos apresentar as contas. Nós, naturalmente, vamos ter um saldo excedente na gestão deste ano apesar de termos feito investimentos que se traduziram em doações ao hospital que bem foram necessários para todas as pessoas, estamos a ver que foram necessários, e vamos apresentar-vos e nessa altura vocês vão discutir, naturalmente, como é do vosso direito e vosso dever, se estão bem, se estão mal, se o dinheiro que cresceu está a ser colocado no sítio adequado ou não. Essa é uma questão que eu gostaria de esclarecer porque acho que esta ideia que nós já estamos a pegar nesse dinheiro todo e não estamos a aplicá-lo, onde é que ele está? Nós não podemos aplicar. No momento em que apresentamos um orçamento nós nunca podemos aplicar o que está de excedente do ano anterior porque as contas ainda não foram fechadas. Nós podemos aplicar aquelas contas com base no relatório que temos na receita de acordo com o que a lei definir. Nós não podemos fazer mais nada. Portanto, essa será uma segunda fase, vamos estar aqui todos a discutir em março. Esperemos que todos bem. Essa é outra questão que acho que estamos a partir de um princípio que é completamente errado. –

A terceira questão tem haver com a insistência que todos têm e eu compreendo, eu sou das maiores defensoras disso, em que esse dinheiro vá para o apoio social. É verdade, e esse dinheiro vai para o apoio social. Nós temos sempre na rubrica de apoio às famílias, sempre, e se vocês forem ver neste momento, vão ver que nós todos os meses nas nossas atas colocamos a execução no nosso orçamento. Se vocês forem lá ver, vocês têm uma rubrica que diz apoio às famílias. A rubrica tem 12 mil euros e nem 2 mil euros foram gastos. Porquê? Eu digo-vos muito claramente, eu posso-vos dizer que a Câmara tem o Apoio de Emergência que nunca era gasto nas anteriores, que eu fazia questão e discutia sempre isso todas as vezes. Neste momento, o Senhor Presidente da Câmara indicou que o próprio Fundo de Emergência, que é um fundo que vem do Estado, ainda não estava completamente gasto. Ou seja, as verbas que vêm do Estado para a Câmara para apoiar a parte social, a Câmara tem uma área social que analisa os casos que existem, na verdade, situações de carência, nós não podemos sobrepor-nos à Câmara para dizer assim “Não senhor, não são essas as pessoas carentes. São aquelas que eu agora ando a definir que são. Não. A Câmara tem definidos critérios nacionais para as pessoas que são ou não são consideradas pessoas carentes. Pessoas que devem ser apoiadas. E depois há meios para as apoiar. Há meios nacionais que vêm diretamente do Estado. Há meios que vêm da Segurança Social e há meios da própria Câmara. E a Junta de Freguesia pode apoiar para além disso. Não pode estar a entrar em concorrência com as Instituições que já existem. Que foram criadas para isso. E é isso que nós estamos a tentar fazer. Provavelmente não me



expliquei muito bem. Isso só pode ser feito, sendo de acordo com isto. Vocês chegam ao final do ano e veem que nós nunca gastamos em Apoio a Famílias mais que mil ou dois mil euros, nunca chega a isso. É só analisarem o histórico. Porquê? Porque não temos situações. Vocês digam-me. Têm situações de pessoas com carências? Nós sabemos que elas existem. Mas quem são? Ai é o António ou o Joaquim. Então, sim senhora, o António e o Joaquim vêm falar comigo e eu chego à beira do António e do Joaquim e digo “Olhe o Senhor já foi à Câmara?”, “Já, sim senhora.”. Eu telefono para a Câmara e pergunto “Esta pessoa está a ser apoiada?”, “Ai não está.”. Não tem direito, ou tem direito. Então, a partir daí, às vezes há muita gente que tem direito a ter apoios e eu este ano devo dizer que 6 ou 7 pessoas eu direcionei para isso e começaram a ter apoios que não sabiam que tinham direito, a medicamentos... Está estabelecido pela própria Câmara e é esse trabalho que nós fazemos. Nós não podemos entrar em conflito com a Câmara. Eu posso entrar em conflito quando quiser com a Câmara, mas não posso entrar em concorrência com a Câmara. Por amor de deus, existem rubricas para isso. Elas são utilizadas para isso. Agora, se para além disso que existe já na cidade, a pessoa precisa, sei lá do que é que ela pode precisar... Até pode fazer, sei lá, nós fazemos apoio aos Bombeiros Voluntários porquê? Porque os Bombeiros Voluntário para além do apoio da Câmara, esta não apoia os medicamentos. Aos Bombeiros Voluntários dão-lhes bilhetes, dão-lhes não sei o quê, mas não lhes dão medicamentos. Um Bombeiro Voluntário que não tenha recursos, ele vem sinalizado pelo Comandante Normando e nós pagamos. Nós pagamos. Nós pagamos os valores. Se vocês forem ver, veem que está lá as rubricas. Portanto, é preciso ter a noção da realidade. Que eu percebo muito bem o discurso. Eu própria tenho esse discurso porque concordo com ele plenamente. Agora para poder ajudar as pessoas nós temos de ter um critério. E o critério tem de começar a partir primeiro “São ou não são apoiadas pela Câmara? Estão ou não estão nos critérios que a Câmara apoia?”. Então se são temos que direccionar para lá e eles têm de os apoiar. Para além disso, eles precisam de outras coisas que a Câmara não dá? Então, sim senhora, nós apoiamos. E nós próprios em executivo temos de definir. Apoiamos quem? Todas as pessoas, por exemplo, a Câmara dá um valor ou a Segurança Social dá um valor de x para a alimentação. Nós vamos apoiar e vamos dar mais x. Então vamos nós apoiar essas pessoas. As pessoas já definidas, mas são definidas para a Segurança Social, são definidas pela Assistente Social. Isto são dados claramente confidenciais, e têm que ser confidenciais porque estas situações não são discutidas em público, não podem ser discutidas em público. E têm que ser avaliadas pelas pessoas que têm competências para isso. E eu acho que as pessoas que têm competências para isso são as Assistentes Sociais. E depois nós queremos podemos fazer para além disso. Claro que podemos. É isso que nós queremos fazer, é isso que nós estamos a fazer. Chego à conclusão, ao fim destes anos, que eu nunca consigo chegar a isso. A única maneira que eu tenho conseguido, é ir a cada uma das pessoas e dizer “Quanto é que vocês dão a cada pessoa? Esta pessoa precisa? Precisa, sim senhora. Tem muitas necessidades, quanto é que vocês dão?”. “Ah, nós damos todos os meses um cabaz de 100 euros.”. “E vocês dão-lhe muita carne?”. “E vocês dão-lha muita carne?”. Eu vou perguntar isso. “Ah damos quase sempre frango porque nós não temos dinheiro para a carne.”. “Então quanto é que vocês precisam para isso? Então vamos alargar esse apoio porque as pessoas precisam disso.”. Entendido? Assim que cada um de vocês tem conhecimento de famílias que têm necessidades, direcionem-nas para nós. Que nós, diretamente, com Câmara vemos se elas já estão a ser apoiadas. Porque eu digo-vos, há muita gente que não está a ser apoiada porque não sabe. Também concordo convosco que muitas vezes os canais são muito complicados e vão a um lado e vão a outro e não sabem o que hão de fazer, por isso é que estamos a criar este tal gabinete porque o nosso papel é esse, é direccionar as pessoas dentro



daquilo que há. Agora, se não há, sim senhora, vamos nós analisar e vamos nós pagar. E esta é a realidade do dia a dia e é isso que gostava de partilhar convosco porque, às vezes, até parece que estamos a falar de coisas completamente diferentes. Até parece que somos nós que não queremos gastar mais dinheiro com o apoio social. Vocês vão lá ver, estão lá todos os modelos. E agora digam-me “Ah vocês não quiseram gastar esse dinheiro.”. Não quisemos gastar dinheiro? Eu vou começar a dizer, vou dar 100 euros para o supermercado a toda a gente. É isso que eu faço? Ou dou a quem? Às pessoas que já estão apoiadas pela Câmara? Com alimentos todos os meses? É isso que eu vou fazer? Digam-me qual é o critério. Isto não pode ser feito desta maneira, de maneira nenhuma. As coisas não são assim tão lineares quando estamos a falar nas situações das pessoas. Temos que criar uma situação que seja igual para todos. Esta é uma questão que eu gostava de partilhar convosco. A sensação que eu tenho. A forma que eu achei, que se calhar a única vai ser esta é através das pessoas que já apoiam essas entidades a ver se, na verdade, vão para além disso. -----

A outra questão que eu queria falar, eu penso que a Joana Dias quando falou na casa que estava a cair e não sei quê, que era a casa do Parque, não era? Que foi aquela que, precisamente, nós ponderamos no orçamento para reparar. Os tais dos 7 mil euros que tem sido aí debatido. Não sei se é essa casa? Se é outra casa, não sei. Pronto, eu não cheguei a perceber que casa é que era. Eu peço desculpa, mas aí não cheguei a perceber. Quanto à Ludoteca, não vai ser preciso muito dinheiro pelo seguinte, nós temos montanhas de material, que temos até compartilhado com as escolas para fazer atividades. Temos mesmo muito material. E aqui a ideia vai ser mesmo pegar no material que nós temos e criar atividades e fazer a rede com o resto das pessoas. Eu acho que nós conseguimos fazer isso. Claro que se nós precisarmos de mais dinheiro, nós temos verbas para ir buscar a outro sítio, nós conseguimos fazer isso. E em março se chegarmos à conclusão que afinal a proposta feita pela pessoa que está a estudar esse assunto é, na verdade, preciso 3 mil euros, digo eu. Eu acho que é um exagero, mas pronto. Então vamos ver se, na verdade, temos dinheiro para isso. E devemos ter. Então vamos ver como é que fazemos isto. E é nessa altura, que há verbas a mais que nós ajustamos de acordo com as realidades. E por isso é que eu disse, no início, que nós nessa altura, em março, teremos se calhar em condições de saber como é que está a pandemia e também, se calhar, chegamos a conclusões que afinal de contas vamos ter que fazer isto de maneira diferente. Vamos reformular isto tudo. E vamos apresentar-vos, como é obvio. Porque são vocês que vão aprovar as contas. São vocês que vão discutir e são vocês que vão aprovar ou não as propostas que são apresentadas e o apoio ou não de alguma rubrica. Pronto, podemos chegar à conclusão que aquilo não tem sentido. Estamos a desejar aquela atividade, mas não tem sentido nessa altura face às situações que elas estão e é assim que nós temos que trabalhar. E é assim que nós trabalhamos. -----

Naturalmente que todos nós temos opiniões diferentes, cada um de nós tem a sua forma de estar e a sua forma de desenvolver o seu próprio trabalho. E eu quanto a isso, discussões não há nenhuma, mas o que tentamos sempre, e eu fico muito triste quando dizem sempre que nós não temos ambição quando nós temos sempre tentado inovar, criar situações novas e fazer coisas novas e as tais, pelos vistos são vinte e cinco propostas, nem as tinha contado, do PSD são tão válidas como as nossas. Algumas já estão aqui incluídas, mas cada um faz à sua maneira como é obvio. Isso aí é natural da vida. Agora somos nós que aqui estamos e nós queremos passar para a frente as nossas. Como nós apresentamos vinte e cinco que estão neste momento já deduzida e que não existiam antes. É natural. Acho que tudo isto vai desenvolver a Junta e quando o PSD estiver no poder, na Junta de Freguesia, com certeza que vai fazer também o



que entender. Vai por mais, vai por menos, vai aproveitar as nossas, vai tentar ver aquilo que os fregueses pretendem e aquilo que será melhor para a cidade. Não tenho dúvidas nenhumas disso porque todos nós o que queremos é chegar aos fregueses e fazer o melhor para eles. O melhor possível. É isso que estamos todos a tentar fazer. Qualquer que seja a nossa ideia política, independentemente disso. E acho que é para isso que estamos a trabalhar. Desculpem lá eu exagerar um bocado, mas, às vezes, empolgo-me um bocado com algumas coisas e eu peço desculpa.” -----

Seguiu-se o Senhor Presidente da Assembleia que começou por agradecer a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia e afirmou que a sua intervenção tinha sido bastante esclarecedora. De seguida, questionou se mais alguém pretendia intervir, ao que o Senhor Marcos Fernandes se manifestou. -----

Ao tomar a palavra, o Senhor Marcos Fernandes começou por dizer: “Vou tentar ser breve, porque atentando à hora e a Senhora Presidente quase que fez uma tese à cerca do facto de nos demonstrar que afinal a Junta de Freguesia não cabe numa intervenção social da nossa cidade e eu não concordo com isso. Até porque a Junta de Freguesia tem tido apanágio a preocupação social e de facto a realidade que nós vivemos atualmente é outra. Posso, inclusivamente, partilhar convosco que também estive envolvido na situação com uma Associação de Pais que neste Natal decidiu criar uma campanha solidária e abranger apenas famílias fora da rede social, portanto, tivemos que articular com a Dra. Micaela, que é uma das pessoas mais experientes na área social cá em São João da Madeira relativamente à experiência de famílias que têm essa dificuldade e foram ajudadas sessenta e cinco famílias. Portanto, quando desenvolve todo esse raciocínio e quase que nos convence que a Junta de Freguesia só pode fazer uma fatia muito pequena relativamente à área social eu não posso concordar com isso. Não quero acreditar, ainda mais nos tempos que correm. Portanto, acredito que a Junta de Freguesia, isso faz-me pensar que se calhar a Senhora Presidente tem de sair mais do gabinete e vir cá para fora e conhecer mais a realidade que atualmente existe na nossa sociedade, em São João da Madeira, porque, de facto, há uma necessidade muito grande e a Câmara Municipal, a própria Ação Social neste momento não estão a ter capacidade de resposta e é aqui que a Junta de Freguesia tem que ter um papel fundamental. Ser um parceiro e assumir-se proativo nesta iniciativa. Não se vitimizar a achar que o facto de estarmos aqui a criticar que podemos fazer algo mais na Ação Social relativamente à verba que está atribuída na proposta de orçamento da freguesia que já é válido e que não pode fazer muito mais do que isso. Não, eu não concordo com essa visão, nem tão pouco concordo, também não podia deixar de passar, com a intervenção do Deputado Daniel Pardal Oliveira. Nós temos tido, aqui na Junta de Freguesia, sempre um cuidado de termos intervenções proativas e que dignifiquem de alguma forma, elevem aqui a discussão política e democrática, e não senti isso da bancada da parte do PS. Aliás, até deixo uma crítica porque têm sido poucas as intervenções que o PS tem feito de uma forma proativa nesta Assembleia de Freguesia. E quando ouço um Deputado a fazer esta intervenção desta maneira, com este ataque não me revejo de todo nessa demagogia que fomos acusados, a nossa bancada. Pronto, e queria deixar só este pensamento.” -----

Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se mais algum dos presentes tinha a intenção de intervir, ao que ninguém se manifestou, perguntando, então, à Senhora Presidente da Junta de Freguesia se pretendia esclarecer alguma coisa. -----

Ao tomar a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia diz “Eu concordo com o Marcos, há sempre coisas a fazer e por isso é que eu estou a dizer isso. Eu acho que



há e, aliás, que tem de se fazer de maneira diferente, isso eu concordo consigo plenamente. Tem de se atuar de uma forma diferente. Não tenho dúvidas com isso e, portanto, concordo consigo. Agora as coisas não são assim tão simples como podem parecer e não estou aqui a armar-me em vítima, de maneira nenhuma. Não é esse o meu objetivo. O objetivo é tentar explicar o que é que acontece no dia a dia. Era só esse o objetivo, mais nada. Está bem? Mas de resto concordo consigo. E era só. Obrigada.”.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à fase de votação do presente ponto, relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento da Junta de Freguesia para o ano de 2021. Seis dos presentes votaram contra, sendo os membros Germano Oliveira, Deolinda Nunes, Marcos Fernandes, José Miguel Dias, Jorge Duarte e Rita Azevedo. Quanto à abstenção, verifica-se a mesma por parte do membro Joana Dias/CDU. Ao que nove dos presentes votaram a favor, tendo os referidos documentos sido aprovados por maioria. -----

No momento seguinte, o Senhor Presidente abriu o Ponto três ponto cinco - Apreciação e votação da proposta de autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos compromissos. -----

Ponto três ponto cinco – Apreciação e votação da proposta de autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei de compromissos -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou diretamente a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia que ao tomar a palavra começou por dizer “Este documento é o documento habitual que já temos feito nas várias discussões do orçamento, no sentido de não ser preciso estar a vir sempre à Assembleia quando há uma indicação dos compromissos parcelados ao longo dos vários tempos. É exatamente igual aos anteriores. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia e questionou se mais algum dos presentes pretendia intervir neste mesmo ponto, ao que ninguém se manifestou. Neste sentido, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à fase de deliberação deste mesmo ponto. Ao que foi aprovado por unanimidade. -----

Posteriormente o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia esclareceu “Enquanto o meu segundo secretário, o meu braço esquerdo, hoje, desta sessão ordinária prepara a documentação relativamente ao momento da ata, eu aproveito desde já, para vos desejar umas Boas Entradas no ano de 2021, com muita saúde porque é um ano muito desafiante mas cheio de esperança. Por isso, desejo-vos a todos um excelente, excelente, excelente 2021, a todos. Cheio de saúde mesmo. -----

De seguida, o Senhor Germano toma a palavra e diz “Isto é relativamente ao número que o Senhor acabou de citar, em que estamos dezasseis elementos nesta sessão. O que acontece é que, na verdade, há aqui uma dúvida. Dúvida essa que, entretanto, houve alguns movimentos no sentido de ver se o membro António Belo estava ou não presente.” Ao que o Senhor Presidente da Assembleia confirmou que o Senhor António Belo não estava presente. -----

Enquanto o Senhor Germano tirava as suas notas, o Senhor Marcos Fernandes pediu para intervir e disse “Esta Assembleia não foi transmitida em direto, vai ser posteriormente colocada no Youtube, mas seria importante que, no futuro, criássemos condições para que fosse transmitida em direto para que os fregueses pudessem acompanhar em direto a Assembleia.”. -----



Ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu “A minha esperança para o ano de 2021 é que possamos já estar todos juntos, novamente. Vamos lá ver se isso acontece. Ficava muito feliz. Mas, também, uma das coisas que eu quero garantir e nesta Assembleia foi efetuada por videoconferência, por causa disso mesmo, eu não quero pôr a saúde em causa, de ninguém mesmo. Não quero mesmo e nesta fase temos que ser conscientes e temos que ter juízo e tem que ser mesmo assim. Se as novas tecnologias existem é para alguma coisa e é nestes momentos. É engraçado que em 2017 ou 2018 num bate-papo entre mim e o José Miguel Dias falámos que vamos lá ver se moldamos as sessões da Assembleia de Freguesia noutros formatos mais tecnológicos. José Miguel Dias, não é que o destino veio-me parar à mão pelos piores motivos, mas pronto.”. -----

Logo a seguir, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao Senhor Germano que disse “Minuta da Ata: Ponto um - intervenção do público, não houve qualquer intervenção. Relativamente ao Ponto dois – Período antes da ordem do dia, dom da palavra: Daniel Pardal Oliveira, Marco Fernandes, Deolinda Nunes, Germano Oliveira, António Neves dos Santos, Joana Dias, Presidente da Junta, Duarte Vieira Araújo, Joana Dias – 2ª intervenção. Seguidamente, o Senhor Presidente apresentou o voto de pesar e esse foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Secretário Danilo Fernandes que fez a verificação dos presentes, informou sobre as substituições e informou os elementos que estavam impedidos de votar na ata. Relativamente ao terceiro ponto – Período da Ordem do dia: três ponto um – Apreciação e votação da ata sobre vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, a ata foi posta em votação e foi aprovada por unanimidade. Seguidamente pediu a palavra o Senhor José Miguel Dias para manifestar a opinião sobre o melhoramento da ata e o Senhor Presidente fez alguns esclarecimentos. O Senhor Danilo Fernandes pediu a palavra e deu a informação que o Senhor José Miguel Dias não podia intervir. Relativamente ao Ponto três ponto dois – Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta: A Senhora Presidente da Junta remeteu a informação escrita. Seguidamente pediu a palavra o Senhor Jorge Duarte, a Senhora Presidente da Junta deu alguns esclarecimentos. Seguidamente, o Senhor Marco Fernandes pediu a palavra e a Senhora Presidente da Junta esclareceu, uma vez mais. O Senhor Marcos Fernandes fez a segunda intervenção. Seguidamente, o Senhor Jorge Duarte usou novamente a palavra e a Senhora Presidente da Junta deu um novo esclarecimento. O Senhor Jorge Duarte fez uma nova intervenção e a Senhora Presidente da Junta fez um novo esclarecimento. Ponto três ponto três – Discussão e aprovação da proposta do executivo do mapa de pessoal: usou a palavra a Deputada Joana Dias e a Senhora Presidente da Junta deu um esclarecimento. E esta discussão foi aprovada por unanimidade. Ponto três ponto quatro – Discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da Junta de Freguesia de 2021: Dom da palavra: Senhora Presidente da Junta para apresentação deste ponto. Seguidamente dom da palavra, Senhora Deolinda Nunes, Rita Azevedo, Joana Dias, Daniel Pardal Oliveira, Jorge Duarte, José Miguel Dias, Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Marco Fernandes e a Presidente da Junta de Freguesia usou novamente a palavra para mais esclarecimentos. Posta a votação, votos contra: seis, abstenções: um e votos a favor: 9. Relativamente ao Ponto três ponto cinco – Apreciação e votação da proposta de autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos compromissos: A Senhora Presidente da Junta usou a palavra, foi aprovada por unanimidade. E o Daniel Oliveira pediu a palavra. E acho que é tudo, Senhor Presidente.”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia confirmou agradeceu imenso a ajuda do Senhor Germano. Atendendo à narrativa do Senhor Germano que é a minuta da ata desta



sessão ordinária, o Senhor Presidente da Assembleia pôs, então, à votação. A mesma tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais a haver a tratar, O Senhor Presidente deu a sessão encerrada, pelas 00 horas e 15 minutos do dia 30 de dezembro de 2020. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____